



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
ESTADO DO MARANHÃO

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

DO

MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA

LEI N ° 281/2007

CÂMARA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
[Handwritten Signature]
Zé Doca - MA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

PREFEITA MUNICIPAL

Nathalia Cristina Brás Mendonça

VICE - PREFEITO

Marlon de Jesus Arouche Serrão

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Gesiel Gomes Braz – Secretaria de Administração

Carlos Alberto Cutrim – Secretaria de infra-estrutura

Wagno Costa Lima – Secretaria de Assistência Social

Alcir Mendonça da Silva – Secretaria de Saúde

Lindalva Serra Barros – Secretaria de Educação

Cely Moura Amaral – Secretaria de Agricultura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

NÚCLEO GESTOR

Adailton Batista Santos – Coordenador

Manoel Sousa Alves

Manoel da Silva

**CONSULTORIA TÉCNICA
CONGERPLAN, CONSULTORIA GERÊNCIA E PLANEJAMENTO.**

Salomão Silva Sousa – Advogado

Bernardo Herbert Correia Lima Serra – Engenheiro

Therena Correia Lima Sousa – Analista de Sistema

Márcio Henrique Oliveira Silva – Arquiteto

Paulo Roberto Araújo Soares – Técnico em Cadastro Urbano



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

ÍNDICE

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	6
TÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS, DAS DIRETRIZES E DOS OBJETIVOS GERAIS	7
CAPÍTULO I – Dos Princípios Fundamentais	7
CAPÍTULO II - Das Diretrizes Gerais	8
CAPÍTULO III - Dos Objetivos Gerais	9
TÍTULO III - DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	9
CAPÍTULO I - Das Políticas Públicas	10
CAPÍTULO II - Da Política de Desenvolvimento Econômico	11
SEÇÃO I - Da Política de Produção	13
SUBSEÇÃO I - Da Agricultura	13
SUBSEÇÃO II – Da Pecuária	14
SUBSEÇÃO III – Da Piscicultura	16
SUBSEÇÃO IV – Da Apicultura	16
SUBSEÇÃO V - Da Mineração	17
SEÇÃO II - Do Comércio e da Prestação de Serviços	18
SEÇÃO III - Da Receita, da Despesa, dos Investimentos e dos Incentivos	19
CAPÍTULO III - Da Política de Desenvolvimento Social	20
SEÇÃO I - Da Educação	20
SEÇÃO II - Da Saúde	22
SEÇÃO III - Da Segurança	24
SEÇÃO IV - Do Esporte, Lazer, e Recreação	25
SEÇÃO V - Da Cultura	25
SEÇÃO VI - Da Assistência Social	26
CAPÍTULO IV - Da Política Ambiental e Saneamento	28
SEÇÃO I - Dos Princípios Gerais	28
SEÇÃO II - Do Meio Ambiente	30
SEÇÃO III - Do Abastecimento de Água	32
SEÇÃO IV - Do Esgotamento Sanitário	32
SEÇÃO V - Dos Resíduos Sólidos	33
CAPÍTULO V - Do Desenvolvimento Urbano e Rural	34
SEÇÃO I - Da Habitação	34
SEÇÃO II - Da Mobilidade Urbana	36



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO

SEÇÃO III - Do Patrimônio Histórico	37
SEÇÃO IV - Do Espaço Público e da Paisagem Urbana	38
SEÇÃO V - Do Sistema de Áreas Verdes	39
TÍTULO IV - DO ORDENAMENTO TERRITORIAL	40
CAPÍTULO I - Da Divisão Territorial	40
CAPÍTULO II - Dos Instrumentos da Política Urbana	41
SEÇÃO I- Dos Instrumentos Jurídicos – Urbanísticos	43
SUBSEÇÃO I – Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsório	43
SUBSEÇÃO II – Do IPTU Progressivo no Tempo e da Desapropriação com Pagamento em Título	45
SUBSEÇÃO III - Da Transferência do Direito de Construir	46
SUBSEÇÃO IV - Do Direito de Superfície	46
SUBSEÇÃO V - Do Direito de Preempção	47
SUBSEÇÃO VI - Da Outorga Onerosa do Direito de Construir	48
SUBSEÇÃO VII - Do Estudo de Impacto de Vizinhança	49
SUBSEÇÃO VIII – Das Operações Consorciadas.....	52
SEÇÃO II - Dos Instrumentos de Regularização Fundiária	52
SUBSEÇÃO I - Das Zonas Especiais de Interesse Social	52
SUBSEÇÃO II - Da Concessão do Direito Real de Uso	53
SUBSEÇÃO III - Da Concessão de Uso Especial Para Fins de Moradia	54
TÍTULO V - DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PROCESSO	55
CAPÍTULO I - Dos Objetivos da Gestão Democrática	55
CAPÍTULO II - Do Sistema de Planejamento e Gestão	56
SEÇÃO I - Do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM.....	57
CAPÍTULO III – Da Reforma Administrativa	58
CAPÍTULO IV - Do Sistema de Informações Municipais	59
CAPÍTULO V - Dos Instrumentos de Participação Popular	60
SEÇÃO I - Da Conferência Municipal de Política Urbana	60
CAPÍTULO VI - Da revisão do Plano Diretor	61
TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	62



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

LEI Nº 281/2007 de 14 de março de 2007.

*Dispõe sobre o PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO do Município de Zé Doca*

A PREFEITA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA (MA), faz saber que a Câmara Municipal, com a Graça de Deus aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Observado o disposto no art.182, § 1º, Capítulo da Política Urbana da Constituição Federal, na Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatutos da Cidade, e na Lei Orgânica do Município de Zé Doca, a política de desenvolvimento e gestão urbana do município de, será implementada de acordo com o conteúdo desta Lei, denominada Plano Diretor Participativo do Município de Zé Doca.

Art. 2º - O Plano Diretor Participativo de Zé Doca é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 1º - Considera-se processo de planejamento a definição de objetivos determinados em função da realidade local, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e avaliação dos resultados obtidos.

Art. 3º - O Plano Diretor Participativo de Zé Doca foi concebido a partir da compreensão da totalidade do território do Município, incluindo suas áreas urbanas e rurais.

Art. 4º - A Lei de Zoneamento/Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, o Código de Obras e o Código de Posturas e a Lei de Perímetro Urbano são complementares e regulamentadoras a este Plano Diretor.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS, DAS DIRETRIZES E DOS OBJETIVOS GERAIS.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 5º - Além dos dispostos nos capítulos de política urbana das Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Municipal e no Estatuto da Cidade, são princípios fundamentais da política urbana do Município, o que segue abaixo:

- I. Valorização e a proteção do meio ambiente e do patrimônio natural, cultural e paisagístico, no processo de desenvolvimento do Município;
- II. Prevalência do interesse coletivo sobre o interesse particular;
- III. Universalização do acesso à terra e à moradia regular;
- IV. Efetiva participação da sociedade no processo de planejamento;
- V. Distribuição justa e equilibrada da infra-estrutura, dos serviços públicos e dos benefícios da urbanização.

Art. 6º - A política urbana do Município tem por objetivo promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e da propriedade urbana mediante as seguintes diretrizes:

- I. Articulação de ações em todas as esferas governamentais e promoção de iniciativas de interesse comum relativas às políticas de transporte, saneamento ambiental, equipamentos urbanos, serviços públicos e desenvolvimento econômico;
- II. Controle do uso e ocupação do solo para a contenção da irregularidade fundiária e urbanística;
- III. Urbanização dos loteamentos irregulares e clandestinos de baixa renda, com vistas à suas integrações às áreas formais da Cidade, ressalvadas as situações de risco;
- IV. Implantação de infra-estrutura em áreas efetivamente ocupadas e a implementação de soluções habitacionais, urbanísticas e jurídicas que reduzam a ocupação irregular do solo;
- V. Universalização da acessibilidade aos espaços e prédios públicos, aos equipamentos urbanos e aos meios de transportes;
- VI. Recuperação, reabilitação e conservação dos espaços públicos e do patrimônio



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

construído em áreas degradadas ou subutilizadas;

- VII. Promoção do adequado aproveitamento dos vazios urbanos ou terrenos subutilizados ou ociosos, priorizando sua utilização para a produção de moradias;
- VIII. Revitalização das atividades agrícolas;
- IX. Definição das áreas destinadas ao uso industrial, comercial e de serviços de forma compatível com o uso residencial e com a oferta de transportes.

§ 1º As diretrizes mencionadas neste artigo nortearão a elaboração e implementação de planos, programas, projetos e de normas urbanísticas.

§ 2º Para nortear o processo contínuo de planejamento da Cidade e orientar as ações dos agentes públicos e privados, o Plano Diretor Participativo do Município de Zé Doca, dispõe sobre Políticas Públicas Setoriais e sobre a Ordenação do Território que, em conjunto, compõem a Política Urbana do Município.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 7º – São Diretrizes Gerais do Plano Diretor Participativo do Município de Zé Doca:

- I - Melhoria da qualidade do ambiente urbano por meio da recuperação, proteção, conservação e preservação dos ambientes natural, construído e paisagístico;
- II - Ordenação e controle do uso e ocupação do solo com vistas a respeitar as condições ambientais e infra-estruturais e valorizar a diversidade espacial e cultural da cidade com as suas diferentes paisagens formadas pelo patrimônio natural e construído;
- III - Proibição da utilização inadequada e da retenção especulativa de imóveis urbanos, bem como o parcelamento do solo e o uso das edificações de forma incompatível com a infra-estrutura urbana disponível e com o crescimento planejado da cidade;
- IV - Garantia da efetiva participação da sociedade civil no processo de formulação, implementação, controle e revisão do Plano Diretor Participativo de Zé Doca, assim como dos planos setoriais e leis específicas necessárias à sua aplicação;
- V - Execução e implementação de projetos e obras de infra-estrutura necessários e imprescindíveis ao desenvolvimento estratégico de Zé Doca, obedecendo-se os estudos de impacto ambiental, de vizinhança e outros que se fizerem necessários;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

- VI - Implementação da legislação para os usos incompatíveis e inconvenientes, tais como os que afetam as condições de moradia, repouso, trabalho, segurança e circulação, bem como operacionalização da respectiva fiscalização e dos meios eficazes para punir e sanar as irregularidades geradas pelos infratores.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS GERAIS

Art. 8º - O Plano Diretor é o instrumento básico da Política Urbana do Município como norteador do processo contínuo de planejamento do Município e orientador das ações dos agentes públicos e privados e da definição de prioridades para aplicação de recursos e investimentos.

Parágrafo único - O Plano Diretor estabelece normas e procedimentos para a realização da Política Urbana do Município através:

- I. Da ordenação do território;
- II. Da instituição e aplicação de instrumentos legais;
- III. Da promoção de políticas públicas setoriais e seus programas.

Art. 9º - São objetivos do Plano Diretor Participativo do Município de Zé Doca, definir as bases para o planejamento urbano e para o controle do uso, da ocupação do solo e do desenvolvimento urbano de modo a torná-lo sustentável, e estabelecer os meios necessários à conservação e defesa do patrimônio coletivo.

Parágrafo único - Os objetivos do Plano Diretor serão contemplados, obrigatoriamente:

- I. No Plano Plurianual de Governo;
- II. nos planos, programas e projetos da administração municipal direta e indireta, autárquica e fundacional;
- III. Nas diretrizes orçamentárias;
- IV. No orçamento anual municipal.

TÍTULO III

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 10 - São Políticas Públicas de Gestão e Desenvolvimento Urbano:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

- I - A Política de Desenvolvimento Econômico;
- II - A Política de Desenvolvimento Social;
- III - A Política Ambiental e de Saneamento;
- IV - A Política de Desenvolvimento Urbano e Rural.

CAPÍTULO I

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Art. 11 - As Políticas Públicas, serão elaboradas mediante processo conjunto entre o Poder Público e a Comunidade, com o objetivo de promover a criação do processo de gestão participativa conforme estabelece a Lei nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade.

Art. 12 - Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM, que dispõe sobre “o sistema, o processo de planejamento e a participação comunitária no desenvolvimento de Zé Doca”.

Parágrafo Único - O Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, será regulamentado por lei específica no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta lei, devendo articular-se diretamente com os demais Conselhos Municipais.

Art. 13 - As Políticas Públicas Municipais deverão ser executadas por todos os órgãos da Administração Municipal, observada a heterogeneidade e a desigualdade sócio-territorial.

Art. 14 - A gestão intersetorial das diversas políticas públicas observará as seguintes diretrizes:

- I - Articulação entre os vários conselhos e políticas, com vistas à efetivação de processos de planejamento participativo, controle social, monitoramento e avaliação de ações intersetoriais;
- II - Instituição de Fórum dos Conselhos, fortalecendo-os enquanto instâncias de promoção e controle social das ações intersetoriais;
- III - Elaboração, a partir de divisões territoriais, de diagnósticos e planos locais com a participação da população;
- IV - Instituição de política de comunicação e divulgação das ações intersetoriais;

Art. 15 - Ficam incorporados a esta lei, na forma de Anexos específicos para serem utilizados na formulação das Políticas Públicas, na íntegra, os relatórios setoriais que contemplam as contribuições da comunidade recolhidas nas reuniões preparatórias coordenadas pelo Núcleo Gestor do Plano Diretor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

Art. 16 - As Políticas Públicas atenderão às três ordens de que se compõe a realidade humana do município e são de caráter obrigatório.

Parágrafo Único - As ordens a que se refere o presente artigo são:

- I. A Ordem Econômica;
- II. A Qualidade de Vida;
- III. A Gestão Administrativa.

Art. 17 - A Política Pública da Ordem Econômica compõe-se, dentre outras, das seguintes Políticas Públicas Setoriais:

- I. Da Produção;
- II. Do Comércio e Prestação de Serviços;
- III. Da Receita, Despesas, Investimentos e Incentivos.

Art. 18 - A Política Pública da Qualidade de Vida, dentre outras, compõe-se das seguintes Políticas Públicas Setoriais:

- I. Da Educação;
- II. Da Saúde;
- III. Do Segurança;
- IV. Do Esporte, Lazer e Recreação;
- V. Da Cultura;
- VI. Da Assistência Social;

Art. 19 - A Política Pública de Gestão Administrativa constitui-se na Política Pública de Implantação e Gestão.

Art. 20 - O Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, deliberará sobre a oportunidade, conveniência e amplitude das Políticas Públicas a serem promovidas no município, nos campos de intervenção em que forem propostas.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 21 – A Política Municipal de Desenvolvimento Econômico, definida nesta lei, articulada com a promoção do desenvolvimento econômico, social, visará à justiça e à inclusão social com melhoria da qualidade de vida da população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

Art. 22 – São Diretrizes básicas da Política de Desenvolvimento Econômico do Município de Zé Doca:

- I - Instalação e consolidação de atividades produtivas em áreas com disponibilidade de infra-estruturas e compatíveis com os padrões de sustentabilidade ambiental;
- II - Regularização e regulamentação das atividades econômicas existentes, através de critérios definidos em lei;
- III - Incentivo às iniciativas de produção cooperativa, ao artesanato, às empresas e às atividades desenvolvidas por meio de micro e pequenos empreendimentos ou estruturas familiares de produção e de populações tradicionais;
- IV - Incentivo à novas técnicas de desenvolvimento integrado com sustentabilidade, cultural, ambiental, político, humano e social no campo e na cidade, tais como: associativismo, cooperativismo, sindicalismo produtivo, industrial, agropecuário, artesanal, medicinal com plantas e flores.
- V - Instalação, por meio de investimentos públicos ou privados, de infra-estrutura de empreendimentos tecnológicos, geradores de emprego, renda e de inclusão social;
- VI - Fixação de condições apropriadas para o revigoramento dos setores econômicos tradicionais, como a agropecuária e apicultura;
- VII - Implantação de empreendimentos econômicos com a política urbana através dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- VIII - Políticas de desenvolvimento econômico em consonância com a preservação ambiental e investimentos que privilegiem a distribuição de renda e riqueza, e ampliação da oferta de empregos, com remuneração digna e a preservação dos direitos sociais e trabalhistas;
- IX - Ações de controle urbano e de melhoria dos espaços e serviços públicos, visando à atração de atividades econômicas que promovam geração de emprego, renda e inclusão social, em áreas propícias ao funcionamento e/ou instalação de pólos de desenvolvimento tecnológico;
- X - Parcerias e ações integradas com outros agentes promotores do desenvolvimento, públicos e privados, governamentais e institucionais.

Parágrafo Único. O Plano de Desenvolvimento Econômico de Zé Doca definirá critérios locacionais, diretrizes e procedimentos para a regularização das atividades econômicas, em especial, para as áreas de interesse social, e para o fortalecimento de cadeias produtivas geradoras de trabalho.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

SEÇÃO I

DA POLÍTICA DE PRODUÇÃO

Art. 23 – A Produção, considerada um dos vetores básicos de desempenho econômico do município, responde pela atração de investimentos, pela geração de empregos e contribui para a elevação dos níveis de qualidade de vida da cidade.

Art. 24 – É da responsabilidade do poder público organizar e garantir as condições de desenvolvimento da produção, fazendo-o através das diretrizes e da implementação de ações estratégicas, tornadas determinantes pelas políticas públicas relativas à Produção.

Parágrafo Único – O Poder público Municipal desenvolverá projetos de investimentos produtivos para todas as camadas necessitadas, rural e urbana, no sentido de gerar trabalho, emprego e renda agregando valores de produção onde já existe pronto para industrialização.

SUBSEÇÃO I

DA AGRICULTURA

Art. 25 – A atividade agrícola desenvolver-se-á nas áreas definidas no zoneamento proposto pela Lei de Zoneamento/Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo como “Zona Agrícola”.

Parágrafo Único – As áreas definidas como zona agrícola pela referida Lei só poderão ser alteradas após deliberação do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 26 – O Poder Executivo estimulará e apoiará o desenvolvimento da produção rural com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social, ampliando a oferta de trabalho, emprego e geração de renda, de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - Disciplinar o uso e ocupação do solo na área rural através do mapeamento da sua vocação agrícola;
- II - Incentivar na área rural o desenvolvimento de projetos aproveitando os recursos naturais, como fruticultura, hortifruticultura, avicultura, apicultura, caprinocultura, suinocultura, através de designação de área específica para tal;
- III - Criar condições para a formação de cooperativas e associações agrícolas;
- IV - Implantar programas de qualificação rural – “ escola família agrícola”, de forma a criar condições de capacitação para o produtor rural e sua família e ao mesmo tempo permitir a sua fixação no campo;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

- V - Implantar através de investimento público ou privado, a agricultura mecanizada com assistência técnica permanente, tanto na produção de grãos como na criação de animais;
- VI - Incentivar a instalação de agro-indústrias com o beneficiamento do babaçu, da mamona, frutas regionais em área industrial reservada pelo parcelamento do solo urbano;
- VII - Incentivar a criação de campos agrícolas coletivos, bem como patrulhas agrícolas;
- VIII - Criar espaços para comercialização dos produtos agrícolas, tais como feiras livres e garantir o transporte dos mesmos;
- IX - Abrir açudes públicos, tanto para agricultura como o desenvolvimento da atividade pesqueira;
- X - Incentivar a criação da casa de farinha em todos os povoados do município;
- XI - Disciplinar através de lei específica a criação de animais (principalmente porcos) de pequeno, médio e grande não permitindo que os mesmos fiquem soltos nas ruas dos povoados;
- XII - Criar parceria entre poder público, pequenos agricultores e artesãos para solução dos problemas relacionados à produção agrícola;
- XIII - Promover a regularização fundiária na área rural;
- XIV - Desenvolver programas de ajuda aos pequenos agricultores através de Kits de irrigação e plantio;
- XV - Construir, recuperar e manter em boas condições as estradas vicinais, para facilitar o escoamento da produção;
- XVI - Desenvolver programa municipal de financiamento rural, incentivando o PRONAF e Agronegócio;
- XVII - Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

SUBSEÇÃO II

DA PECUÁRIA

Art. 27 – São Diretrizes para o fortalecimento da pecuária no Município de Zé Doca:

- I. Promoção do sistema da produção pecuária;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

- II. Apoio à produção pecuária e seu aperfeiçoamento tecnológico;
- III. Estímulo à produção e à comercialização que permitam o abastecimento do município;
- IV. Fomentar a organização e a implementação de associações e cooperativas com vistas ao fortalecimento das atividades pecuárias, especialmente com os pequenos produtores;
- V. Apoiar os produtores para obtenção de linhas de créditos;

Art. 28 – Constituem-se medidas específicas para o fortalecimento da bovinocultura de leite:

- I. Incentivo à produção de leite, à pastos, com a divulgação da técnica do manejo da pastagem e o planejamento para suplementação alimentar do gado na época da estiagem;
- II. Instalação de tanques comunitários para recebimento de leite dos pequenos produtores que não se encontram organizados em suas comunidades;
- III. Incentivo à implantação de ordenhas mecânicas nas propriedades rurais através dos recursos financeiros disponíveis, dentre eles, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- IV. Desenvolvimento de cursos nas comunidades rurais sob manejo e alimentação do rebanho leiteiro;
- V. Implementação de um programa da melhoria da qualidade do leite.

Art. 29 – A bovinocultura de corte será fortalecida com incentivo à engorda de bovinos a pastos no período de estiagem.

Art. 30 – Para fortalecimento da bovinocultura de leite e de corte serão adotadas as seguintes medidas:

- I. Promoção do melhoramento genético, incentivando o uso de inseminação artificial;
- II. Realização do controle sanitário do rebanho, com calendário de vacinações, vermifugações, controle de equitoparasitas e endoparasitas em parceria com o órgão Estadual competente.

Art. 31 – Deverá ser implementado o programa de gestão de custo e análise de resultados econômico da atividade, para o fortalecimento da bovinocultura de leite e de corte.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

SUBSEÇÃO III

DA PISICULTURA

Art. 32 – Em relação à atividade pesqueira o Poder Público deverá tomar as seguintes ações:

- I - Criar condições para que criadores possam exercer suas atividades de forma profissional, eficiente e produtiva, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social sustentável do município;
- II - Criar a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento da atividade no Município de Zé Doca, tais como, construção de açudes comunitários e levando em consideração a área indígena;
- III - Promover ações objetivando a comercialização da produção pesqueira;
- IV - Promover e incentivar o marketing do produto pesqueiro;
- V - Promover programas de capacitação da atividade pesqueira no município;
- VI - Promover o Zoneamento Pesqueiro Municipal;

SUBSEÇÃO IV

DA APICULTURA

Art. 33 - Apicultura é uma atividade produtiva do meio rural que pode ser desenvolvida em larga escala no Município de Zé Doca, devido à existência de extensas áreas que sofreram reduzidas alterações no seu processo de ocupação.

Parágrafo único - A apicultura representa um interessante potencial econômico alternativo a ser desenvolvido na região de Zé Doca, principalmente se os produtos apícolas forem obtidos em sistemas de produção que agreguem mais valor aos mesmos como, por exemplo, o orgânico e/ou o com denominação de origem, do que os similares do sistema convencional de produção.

Art. 34 - São Diretrizes para o fortalecimento da apicultura no Município de Zé Doca:

- I. Promoção do sistema da produção de apiários;
- II. Apoio à produção e seu aperfeiçoamento tecnológico;
- III. Estímulo à produção e à comercialização que permitam também o abastecimento do município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOÇA ESTADO DO MARANHÃO

- IV. Fomentar a organização e a implementação de associações e cooperativas com vistas ao fortalecimento das atividades apiárias, especialmente com os pequenos produtores;
- V. Apoiar os produtores para obtenção de linhas de créditos;
- VI. Promover com recursos própria ou em parceria com a iniciativa privada assistência técnica permanente compreendendo o aperfeiçoamento da mão de obra, disponibilização de recursos tecnológicos procurando sempre melhoria da qualidade o produto;
- VII. Incentivar a instalação de indústrias (casas) de beneficiamento do mel e dos seus sub-produtos;
- VIII. Promover campanhas educativas para os munícipes sobre os benefícios de ter o mel como produto de alimentação básica;
- IX. Proteger a atividade apiária do Município contra a entrada / instalação de empresas irregulares. Lei específica regulamentará a atividade apiária bem como a praticas de fiscalização.

SUBSEÇÃO V

DA MINERAÇÃO

Art. 35 – São as atividades de mineração as extrações de terra, de areia e de pedras, através de meios mecânicos ou artesanais, que somente serão admitidas no território do Município em locais previamente autorizados, e realizadas mediante a estrita observância de procedimentos de licenciamento e fiscalização pelo poder público.

Art. 36 - O produto das atividades de mineração são considerados de alto significado econômico para o município em razão da sua extensa e permanente utilização para a expansão da cidade, e dos irreversíveis processos de degradação ambiental que provocam quando obtidos de forma clandestina.

Art. 37 – O Executivo Municipal fará o levantamento e o mapeamento das áreas passíveis de exploração minerária.

Parágrafo Único – O levantamento e o mapeamento de que trata este artigo será feito no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, após a promulgação da presente lei.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

SEÇÃO II

DÓ COMÉRCIO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 38 – O Comércio e a Prestação de Serviços são as atividades que relacionam os vetores de produção com a satisfação das necessidades da população, e são exercidas segundo normas, regras e procedimentos autorizados pelo Executivo Municipal através de critérios sanitários, de capacitação profissional, de posturas, e de localização no território do município, entre outros.

Art. 39 – Para autorizar o funcionamento do comércio e da prestação de serviços o Executivo Municipal, a critério do Conselho de Desenvolvimento Municipal, poderá lançar os impostos para uma mesma atividade comercial ou de serviços de forma diferenciada em função da localização, visando incentivar ou restringir a expansão urbana ou os usos específicos de determinados espaços da cidade.

Art. 40 – As atividades da construção civil serão exercidas sob a responsabilidade e orientação de profissionais habilitados na forma da legislação federal.

Art. 41 – As obras e demais atividades da construção civil somente poderão ser realizadas após devidamente licenciadas pelo Executivo Municipal nos termos da lei de Zoneamento/Parcelamento Uso e Ocupação do Solo, observada, em especial, a legislação de postura e sanitária.

Art. 42 – Os profissionais responsáveis pelas atividades de construção civil registrados na Prefeitura, quando incursos nas sanções disciplinares previstas na Lei de Zoneamento/Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, poderão ter sua licença de atividade no Município suspensa pelo Executivo Municipal.

Parágrafo Único – O disposto no artigo será devidamente regulamentado na citada lei.

Art. 43 - As obras de construção civil iniciadas sem estar devidamente licenciadas pelo Executivo Municipal, serão embargadas a qualquer tempo, podendo o Poder Público determinar sua demolição.

Art. 44 – O Executivo Municipal será responsável pela fiscalização das obras em execução no município.

Parágrafo Único - A qualquer tempo o Executivo Municipal deverá atender denúncia de obra irregular formalmente protocolada por qualquer cidadão na secretaria Municipal de Infra - Estrutura.

Art. 45 – Considerando o grande potencial de geração de empregos da construção civil, especialmente de mão de obra não qualificada, os responsáveis por sua execução deverão ter à disposição da fiscalização do Executivo Municipal ou aos representantes das organizações da comunidade, o prontuário policial dos empregados da obra, registrados ou empregados em serviços temporários, para apresentá-los a qualquer tempo, quando solicitados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

Parágrafo Único – A não apresentação dos prontuários implicará em embargo imediato da obra, até a regularização da exigência referida no *caput*.

Art. 46 – O Executivo Municipal promoverá, por meio de convênios com a iniciativa privada, cursos para capacitação profissional para as diversas áreas de serviços de que se compõe a construção civil.

Art. 47 – Caracterizam-se como serviços de marcenarias, serralherias e assemelhados, os serviços de transformação da matéria prima, de fabricação artesanal, de consertos e de manutenção de equipamentos em geral, realizados por pessoas físicas, jurídicas, ou cooperativas, de forma permanente ou temporária.

Art. 48 – Os serviços referidos no artigo anterior somente poderão ser realizados em locais previamente autorizados pelo Executivo Municipal que levará em conta as disposições da lei de Zoneamento/Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, o ruído e o desconforto ambiental produzido.

Art. 49 – Visando valorizar a produção artesanal, o Executivo Municipal facilitará a instalação de oficinas e de cooperativa de produtores para a realização desses trabalhos através de incentivos fiscais e simplificação burocrática para seu funcionamento.

Art. 50 - O Executivo Municipal promoverá cursos de capacitação profissional para as diversas atividades acima mencionadas em convênios com a iniciativa privada.

SEÇÃO III

DA RECEITA, DA DESPESA, DOS INVESTIMENTOS E DOS INCENTIVOS.

Art. 51 - A Política Tributária Municipal será realizada segundo as diretrizes especificadas nas seções do presente capítulo, sendo obrigatória conforme dispositivo na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei nº - 101.

Art. 52 - Tendo em vista ser o instrumento que regula o universo fiscal do Município, sendo peça fundamental na implementação das mudanças propostas por esta lei, o Código Tributário Municipal deverá ser revisto no prazo de 120 (cento e vinte dias) a contar da data de publicação desta lei.

Art. 53 - A Planta de Valores Genéricos, base de cálculo do imposto predial e territorial urbano, deverá ser feita sobre cartografia atualizada de toda a área urbana municipal, de modo a permitir que sejam assinalados os valores genéricos dos lotes e glebas, por face de quadras, ou por áreas brutas.

Parágrafo Único – A Planta de Valores Genéricos, mencionada no *caput* do artigo deverá ser revista a cada dois anos, devendo ser enviada ao Legislativo Municipal para análise e aprovação, até o dia 15 de setembro do exercício fiscal pertinente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOÇA ESTADO DO MARANHÃO

Art. 54 - Os valores venais assinalados na referida planta para o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, não poderão ser superiores a 85% (oitenta e cinco por cento) dos valores de mercado apurados para sua elaboração.

Art. 55 - Conforme a estrutura de participação social criada por esta lei, deverá ser nomeada a Comissão Técnica da Planta de Valores Genéricos composta por funcionários da municipalidade, ligados à Secretaria Municipal de Administração e Finanças e, de forma transitória, de corretores de imóveis convidados conhecedores do mercado imobiliário das áreas e bairros objeto dos levantamentos de valores dos imóveis.

§ 1º - A Comissão Técnica referida no *caput* do artigo será nomeada, por decreto do Executivo Municipal, a cada 02 (dois) anos.

Art. 56 - O Orçamento Anual deverá ser elaborado em consonância com as disposições legais pertinentes e as diretrizes do Conselho Municipal de Desenvolvimento, e se adequar às metas, propostas, prazos e condições especificadas nesta lei do Plano Diretor.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 57 - O Poder Executivo adotará no âmbito da educação as seguintes diretrizes:

- I - Instituir o programa Escola Aberta para a comunidade, abrindo suas portas para atividades extracurriculares, eventos, comemorações festivas, cursos, palestras e integrando os moradores dos bairros e povoados em suas atividades e em seus espaços de lazer e esporte;
- II - Informatizar a rede municipal de ensino na sede e povoados com a criação de laboratórios de informática e acesso à internet;
- III - Elaborar o Plano Municipal de Educação, em conjunto com a sociedade civil e outras esferas do governo Municipal.
- IV - Estimular e garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, oferecendo-lhe infra-estrutura física, equipamentos, recursos e materiais básicos necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino e ao pleno atendimento da população;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO

- V - Desenvolver uma educação de boa qualidade, de forma a garantir o sucesso do aluno na escola e na vida, inclusive assegurando sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho;
- VI - Promover atividades extracurriculares mantendo por um período mais longo o aluno na escola como aulas de pintura, música, dança, teatro, culinária, reforço escolar, e atividade de esporte e lazer entre outros;
- VII - Valorizar e qualificar o profissional da educação para efetivar a melhoria da qualidade do ensino e a garantia do sucesso dos escolares, garantindo a esse profissional condições que lhe possibilitem o bom desempenho de suas funções, incluída a oportunidade de atualização e aperfeiçoamento continuados;
- VIII - Garantir infra-estrutura física adequada, inclusive com salas de aula climatizadas equipamentos, recursos e materiais básicos necessários ao desenvolvimento e à prática de modalidades esportivas e atividades culturais e de lazer;
- IX - Capacitar técnica e administrativamente os profissionais envolvidos na área de formação dos portadores de deficiência;
- X - Construir escolas dotadas com campos de futebol, quadras, ginásios esportivos e áreas de lazer;
- XI - Realizar o Cadastro e o Censo Escolar anualmente;
- XII - Garantir o transporte escolar da rede municipal de ensino e promover a manutenção e substituição da frota de veículos periodicamente;
- XIII - Reduzir a evasão escolar através da implantação de programas de apoio aos estudantes (merenda, assistência médica e social);
- XIV - Promover a integração com universidades para o desenvolvimento de cursos, estágios e projetos nas diversas áreas, inclusive para a requalificação dos professores;
- XV - Promover programas para a integração família/escola/comunidade;
- XVI - Implantar radio escola nas unidades de ensino;
- XVII - Garantir que em todas as escolas dos povoados com clientela acima de 30 alunos seja disponibilizado educação até a 8º série – regular;
- XVIII - Em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, implantar o ensino médio em todos os povoados considerados chaves em levantamento a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Educação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
ESTADO DO MARANHÃO

- XIX - Criar o Centro de Treinamento e Capacitação de profissionais de ensino;
- XX - Abrir escolas técnicas de acordo com a vocação do município, agrícola, pesqueira, pecuária, apicultura;
- XXI - Promover a construção de mais salas de aulas nos povoados, dotando estas escolas de uma biblioteca e área de lazer;
- XXII - Promover programas de inclusão de Portadores de Necessidades Especiais, através da adequação dos projetos pedagógicos e dos projetos arquitetônicos das escolas existentes ou a serem construídas;
- XXIII - Criar nas escolas municipais o Centro de Incentivo à Leitura;
- XXIV - Promover a nucleação da educação onde o planejamento educacional fosse feito por núcleo para depois ser integrado ao planejamento global;
- XXV - Erradicar o analfabetismo.
- XXVI - Implantar projetos de hortas e jardinagens nas escolas;
- XXVII - Garantir merenda escolar de qualidade a todos os alunos das escolas da rede municipal de ensino;
- XXVIII - Construir a casa do professor;

Parágrafo Único - A Gestão Democrática do Sistema Municipal de Ensino se consolidará por meio de Conselhos Escolares, Comissões Regionais de Controle Social da Qualidade do Ensino, Conferência Municipal de Educação, e Conselho Municipal de Educação, inserindo sua atuação no processo de elaboração e implementação democrática do orçamento público.

SEÇÃO II

DA SAÚDE

Art. 58 - A Política Municipal de Saúde deverá ser implementada por meio de políticas públicas que elevem o padrão de vida da população, assegurando a construção de um município saudável com ampla garantia de cidadania.

Parágrafo Único - As Políticas Públicas na saúde devem ser estruturadas de forma conjunta, através de mecanismos de articulação interinstitucional como o Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 59 - São Objetivos e as Diretrizes básicas da Política de Saúde do Município de Zé Doca:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

- I. Consolidar e garantir a participação no Sistema Único de Saúde;
- II. Promover a descentralização do Sistema Municipal de Saúde, tendo os povoados como foco de atuação;
- III. Promover a democratização do acesso da população aos serviços de saúde, de modo a:
 - a) - Promover a implantação integral do Programa de Saúde da Família, articulado aos demais níveis de atuação do SUS;
 - b) - Desenvolver programas de saúde tendo como base os povoados e a priorização das populações de maior risco;
- IV. Promover a ampliação da rede física de atendimento com a criação de mais postos de saúde, dotados com equipamentos e materiais, adequando-a aos povoados e suas demandas por atendimento;
- V. Promover a qualificação técnica na área de saúde aproveitando os próprios moradores dos povoados, de modo a procederem atendimentos de emergência;
- VI. A elaboração do Plano Setorial de Saúde e sua discussão com representações da sociedade civil e outras esferas de governo;
- VII. Disponibilizar ambulâncias centralizadas em povoados chaves para atendimento à população de risco;
- VIII. Melhorar o atendimento de saúde, garantindo o Hospital Municipal com equipamentos modernos e adequados e desenvolvendo programa contínuo de capacitação profissional;
- IX. Implementação de processos gerenciais de saúde fundados na utilização de sistemas informatizados;
- X. Capacitação e ampliação dos recursos humanos da Secretaria Municipal da Saúde;
- XI. Estruturação e capacitação das equipes do Programa de Saúde da Família;
- XII. Promoção de melhorias nas ações de vigilância, diagnóstico, tratamento e assistência aos portadores de DST e AIDS, incluindo o treinamento de profissionais e parcerias com a sociedade civil;
- XIII. Promoção de ações em benefício dos portadores de necessidades especiais, nos diferentes níveis de atenção à saúde, visando à melhoria da qualidade de vida;
- XIV. Promoção de ações entre as secretarias municipais de modo a desenvolver ações de prevenção à violência, abuso sexual, alcoolismo e uso de drogas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

- XV. Implantação do programa de assistência farmacêutica básica no município, com a distribuição gratuita de medicamentos;
- XVI. Promoção de ações de atenção à saúde bucal e de assistência odontológica em todos os povoados do município de Zé Doca;
- XVII. Promoção de campanha de cunho educativo e informativo pela mídia, além de programas específicos nas escolas municipais de todos os níveis, sobre os princípios básicos de higiene, saúde e cidadania.
- XVIII. Implantar gabinete odontológico em escolas pólos para atender a classe estudantil;

SEÇÃO III

DA SEGURANÇA

Art. 60 – São os objetivos e diretrizes da política de segurança:

- I. Assegurar a integridade física e patrimonial dos cidadãos de forma integrada com a União, o Estado e a sociedade civil;
- II. Não permitir criminalidade no município de Zé Doca;
- III. Estabelecer políticas públicas de segurança de forma integrada com outros setores da esfera municipal;
- IV. Estimular o envolvimento das comunidades nas questões relativas à segurança urbana;
- V. Promover a nucleação do município de modo que em cada povoado sede do núcleo exista uma estrutura policial, composta pela polícia civil e guarda municipal;
- V. A promoção do aperfeiçoamento e reciclagem dos recursos humanos vinculados à segurança, com a criação da guarda municipal;

Art. 61 - São ações estratégicas relativas à Segurança:

- I. Elaborar mapas de ocorrências e pesquisa de vitimização em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, comunidade e entidades do setor, identificando e avaliando as vulnerabilidades e os riscos existentes no âmbito do Município;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

- II. Estimular a promoção de parceria com o governo estadual, assim como o Ministério Público para a troca de informações e ações conjuntas na área de prevenção e repressão criminal, com a formação de centros de atendimento unificados;
- III. Diagnosticar as causas do crescimento da violência em Zé Doca e implantar uma política de polícia cidadã.

SEÇÃO IV

DO ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO

Art. 62 - São os objetivos e diretrizes no campo de Esportes, Lazer e Recreação:

- I - Alçar o esporte, o lazer e a recreação à condição de direito dos cidadãos, sendo o esporte trabalhado como importante instrumento de inclusão social, agregando valores positivos na formação do ser humano;
- II - Oferecer acesso universal e integral às práticas esportivas, promovendo bem-estar e melhoria da qualidade de vida;
- III - A garantia do acesso dos portadores de necessidades especiais a todos os equipamentos esportivos municipais;
- IV - Promover e manter jogos e torneios que envolvam o conjunto dos povoados, de modo a fomentá-lo, e proporcionar momentos de lazer, atraindo mais praticantes;
- V - Promover, incentivar e manter os jogos estudantis do município de Zé Doca;
- VI - Incentivar a organização de competições, até mesmo no processo de iniciação, de modo que a criança não perca a motivação e abandone o esporte.
- VII - Criar ou implantar escolinhas de formação de atletas;

Art. 63 - O Município deverá dispor de infra-estrutura esportiva, com quadras poli-esportivas, campos de futebol, pistas de atletismo, piscinas, disponibilizando tais equipamentos para todos os povoados.

Art. 64 - O Poder Público procurará prover o setor com profissionais qualificados e preparados para desenvolver os trabalhos, dentre os quais médicos fisioterapeutas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

SEÇÃO V

DA CULTURA

Art. 65 - A cultura, direito social básico, deverá proporcionar o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

Art. 66 - A Política Municipal de Cultura tem como objetivos e diretrizes:

- I - Desenvolver a cultura em todos os seus campos como afirmação de identidade;
- II - Criar o Conselho Municipal da Cultura;
- III - Dar visibilidade, estimular e valorizar a produção cultural local, como teatro, dança e música, através da criação de um espaço de centro de cultura municipal;
- IV - Estimular, através da arte, o exercício da cidadania e da auto-estima dos zédoquense, especialmente dando aos jovens uma perspectiva de futuro com dignidade;
- V - Desenvolver programas para a população de baixa renda na criação, produção e fruição dos bens culturais.
- VI - Incentivo e fomento aos espaços culturais, públicos e privados, existentes e a serem criados, dotando-os de infra-estrutura, acessibilidade e articulação com os equipamentos âncoras.
- VII - Construir acervo (espaço) e Centro Cultural;
- VIII - Apoiar os artesãos para que a produção artesanal) seja utilizada com geração de emprego e renda;

Art. 67 - Compete ao poder Público municipal resgatar e preservar a cultura material e imaterial local, orientando e estimulando os artistas a trabalharem com os temas locais e regionais, proporcionando mais significados às suas criações.

SEÇÃO VI

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 68 - A Política Municipal de Promoção Social visa assegurar a universalização dos direitos sociais, com base nas Constituições Federal e Estadual e na lei Orgânica do Município, além de proporcionar aos seus habitantes, em especial à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de necessidades especiais, vida digna e saudável, resgatando-os para o exercício de uma cidadania responsável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

Art. 69 - A Política Municipal de Assistência Social tem como objetivos e diretrizes o que segue:

- I - Garantir a proteção ao cidadão que, por razão pessoal, social ou de calamidade pública, encontrar-se, temporária ou permanentemente, sem condições de manter padrões básicos e satisfatórios de vida;
- II - Garantir a convivência familiar e comunitária;
- III - Integrar a Assistência Social às demais políticas públicas para a promoção da autonomia social e econômica, do protagonismo e do convívio social.
- IV - Participação popular, por meio de organizações representativas, na formulação e controle da Política de Assistência Social, através de conselhos deliberativos, conferências e fóruns ampliados de assistência social, de direitos da criança e do adolescente, juventude, de direitos da pessoa idosa, de direitos da pessoa com necessidades especiais, da mulher e de direitos humanos;
- V - Centralidade na família para a concepção e implementação das ações de Assistência Social;
- VI - Política municipal de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, da juventude, do idoso e da pessoa com deficiência;
- VII - Desenvolvimento de articulações intersetoriais e interinstitucionais para possibilitar ao cidadão o alcance às várias políticas públicas;
- VIII - Organização do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social Municipal em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- IX - Fomento a estudos e pesquisas para identificação de demandas e produção de informações que subsidiem o planejamento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social;
- X - Monitoramento e avaliação contínuos da implementação e dos resultados e impactos da Política de Assistência Social;
- XI - Estruturação da Rede Municipal de Assistência Social para a consolidação do sistema regionalizado de garantias e seguranças sociais;
- XII - Criação de creches, centros de vivências do idoso, adolescente e juventude na sede e nos povoados do município;
- XIII - Criar os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- XIV - Criar o Conselho dos Direitos do Idoso;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

- XV - Criar o Conselho do Direito da Mulher;
- XVI - Criar o Conselho Municipal da Juventude;
- XVII - Implementação dos programas, projetos, serviços e benefícios da Assistência Social na promoção do convívio familiar e comunitário, da autonomia social e do desenvolvimento local.
- XVIII - Construir o Centro de Recuperação para atendimento aos usuários de drogas;

Art. 70 – O Poder Público Municipal, deverá elaborar um diagnóstico, para um direcionamento mais eficiente, com priorização das ações, possibilitando um planejamento e estabelecimento de metas, visando melhores resultados.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA AMBIENTAL E SANEAMENTO

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 71 - A Política Ambiental Urbana de Zé Doca é entendida como um conjunto de diretrizes, instrumentos e mecanismos de política pública que orienta a gestão ambiental municipal, na perspectiva de fomentar o desenvolvimento sustentável – alicerçado na justiça social, no crescimento econômico e no equilíbrio ambiental – promovendo, assim, melhorias na qualidade de vida da população.

Art. 72 - São objetivos gerais da política ambiental urbana:

- I. Orientar e dimensionar o envolvimento da política ambiental urbana nas decisões de intervenção e investimentos públicos e privados em Zé Doca;
- II. Promover e assegurar o desenvolvimento sustentável e a elevação da qualidade do ambiente de Zé Doca, conservando os ecossistemas naturais e construídos, em conjunto com os demais municípios da região;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

- III. Orientar os investimentos e as decisões que promovam a recuperação do ambiente degradado, natural e construído, em especial, nos locais onde haja ameaça à segurança humana;
- IV. Direcionar o processo de formação de uma consciência crítica na população, que norteará a sua relação com o meio ambiente, levando-a a assumir o papel que lhe cabe na manutenção e controle da qualidade de vida e do ambiente;
- V. Estimular a democratização da gestão municipal, através da adoção de práticas de participação, cooperação e co-responsabilidade, que devem se multiplicar, à medida que se consolidem a consciência ambiental e o zelo para com a cidade;
- VI. Estabelecer zoneamento ambiental compatível com as diretrizes para ocupação do solo;
- VII. Controlar o uso e a ocupação de margens de cursos d'água, igarapés, mananciais, áreas de alta declividade e cabeceiras de drenagem;
- VIII. Implementar programas de controle de produção e circulação de produtos perigosos.

Art. 73 - A política de saneamento ambiental integrado tem como objetivos atingir e manter o equilíbrio do meio ambiente, alcançando níveis crescentes de salubridade, e promover a sustentabilidade ambiental do uso e da ocupação do solo e a melhoria crescente da qualidade de vida da população.

Art. 74 - A gestão do saneamento ambiental integrado deverá associar as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo das águas pluviais, pavimentação, limpeza urbana, instalações hidro-sanitárias, controle de riscos em encostas urbanas por meio de ações de manejo das águas pluviais, controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis e educação sanitária e ambiental.

§ 1º - A gestão do saneamento ambiental integrado municipal observará as diretrizes gerais fixadas pelas Conferências Municipais de Saneamento, de Meio Ambiente e de Saúde.

§ 2º - Os sistemas de drenagem urbana em todo o território do Município de Zé Doca serão objeto de estudo específico com vistas ao seu financiamento compartilhado, na forma de lei específica.

Art. 75 - Deverá ser elaborado Plano de Gestão de Saneamento Ambiental Integrado como instrumento da gestão do saneamento ambiental, o qual conterá, no mínimo:

- I. Diagnóstico dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, resíduos sólidos, manejo das águas pluviais e controle de vetores, por meio da utilização de indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais;
- II. Metas e diretrizes gerais da política de saneamento ambiental, com base na compatibilização, integração e coordenação dos planos setoriais de água, esgoto,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

manejo das águas pluviais, resíduos sólidos, controle de riscos ambientais e gestão ambiental;

- III. Definição dos recursos financeiros necessários à implementação da política de saneamento ambiental, bem como das fontes de financiamento e das formas de aplicação;
- IV. Identificação, caracterização e quantificação dos recursos humanos, materiais, tecnológicos, institucionais e administrativos necessários à execução das ações propostas;
- V. Programas de educação sanitária em conjunto com a sociedade para promoção de campanhas e ações educativas permanentes de sensibilização e capacitação dos representantes da sociedade e do governo.

§ 1º - O Plano de Gestão de Saneamento Ambiental Integrado deverá articular os sistemas de informação de saneamento, saúde, desenvolvimento urbano, ambiental e defesa civil, de forma a ter uma intervenção abrangente.

§ 2º - Todas as obras do sistema viário e de construção de unidades habitacionais executadas pelo Poder Público no Município de Zé Doca deverão contemplar sistema de saneamento integrado, devendo o Plano de Gestão de Saneamento Ambiental Integrado estabelecer mecanismos de controle.

Art. 76 - Os projetos de saneamento ambiental integrado que tenham interface com as áreas ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social serão analisados a fim de se considerar as especificidades dessas áreas.

SEÇÃO II

DO MEIO AMBIENTE

Art. 77 - O Município, por meio da legislação de Zoneamento/Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e de diretrizes gerais de ocupação, atuará no sentido de proporcionar a todos os cidadãos o direito a um meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, essencial a sadia qualidade de vida, assegurando sua harmonia com o desenvolvimento econômico e social.

§ 1º - Para assegurar a efetividade do direito a que se refere este artigo, incumbe ao Município:

- I - Elaborar o Código de Proteção do Meio Ambiente de Zé Doca, adequando-o à esta lei do Plano Diretor, para aprovação na Câmara de Vereadores no prazo de 90 (noventa) dias após a aprovação desta lei;
- II - Preservar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO

- III - Recuperar e preservar os Igarapés do Majo, Cumaru, Cocalina e Beira da Mata;
- IV - Proibir em consonância com lei federal o desmatamento descontrolado no município;
- V - Exigir, na forma da lei, para instalação de obra, atividade ou parcelamento de solo, potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente, as respectivas licenças de instalação e funcionamento, expedidas pelos órgãos competentes;
- VI - Exigir daqueles que exploram recursos minerais que recuperem o ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelos órgãos competentes;
- VII - O Poder Público Municipal deverá implantar programas de arborização urbana e incentivar a arborização domiciliar;
- VIII - Controlar a produção, a comercialização, o transporte e o armazenamento de substâncias e o emprego de técnicas e métodos que comportem risco à vida, à qualidade de vida e ao meio ambiente, fiscalizando estas atividades na forma da lei, vedando completamente armazenamento e depósito de material radioativo em seu território;
- IX - Tornar obrigatória, em sua rede de ensino, a educação ambiental e promover a conscientização da comunidade de forma a difundir os princípios e objetivos da proteção ambiental;
- X - Proteger a flora e a fauna, vedadas, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam animais à crueldade;
- XI - Proibir produção de carvão vegetal na área urbana;
- XII - As áreas de preservação permanente situadas em zona urbana, obedecerão aos limites e definições previstos no código florestal. (Art. 2º, Parágrafo Único da Lei nº 4.771/65);
- XIII - Promover a preservação dos mananciais, dos Rios, seus afluentes, igarapés, lagoas, babaquais;
- XIV - Criar o Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- XV - Proteger a comunidade contra a poluição sonora e visual causadas por atividades industriais, comerciais, de lazer e outras, a mesma será regularizada por lei específica;
- XVI - Proibir o transporte de rejeitos tóxicos nas vias públicas do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

§ 2º - O Município deverá estimular e contribuir para a recuperação da vegetação em áreas urbanas, com o plantio de árvores, preferencialmente frutíferas.

Art. 78 - O conceito de meio ambiente não se restringe à proteção dos aspectos naturais da vida animal, da integridade dos recursos hídricos, vegetais e minerais, mas amplia-se como conceito de força econômica do Município, por ser a paisagem natural e suas reservas o apelo fundamental de suporte de uma política de desenvolvimento econômico e social.

Art. 79 - O Município promoverá, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, que se traduzirá por uma política municipal de meio ambiente, visando um harmonioso desenvolvimento econômico e social.

Art. 80 - A política municipal de meio ambiente compõe-se de ações educativas, judiciais, administrativas e de preservação, baseadas nos inventários de recursos ambientais e de bens relativos ao patrimônio histórico e natural, no cadastro de atividades potencialmente poluidoras e nas diretrizes do macro zoneamento.

SEÇÃO III

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Art. 81 - O serviço público de abastecimento de água deverá assegurar a todo munícipe (Sede e povoados) a oferta domiciliar de água para consumo residencial regular, com qualidade compatível aos padrões estabelecidos em planos e programas federais e conforme as normas técnicas vigentes.

Art. 82 - O abastecimento de água deverá ser prestado com eficácia, eficiência e controle do uso, de modo a garantir a regularidade, universalidade e qualidade dos serviços.

Art. 83 - Ficam definidas como ações prioritárias para o serviço de abastecimento de água:

- I. Realizar obras estruturadoras, como poços artesianos, construção de cisternas e ampliar permanentemente a oferta necessária para garantir o atendimento à totalidade da população do município, evitando a insuficiência no abastecimento e a salinização das captações;
- II. Adotar mecanismos de financiamento do custo dos serviços que viabilizem o acesso da população ao abastecimento domiciliar;
- III. Definir programas para utilização da água pluvial para uso doméstico não potável.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

SEÇÃO IV

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 84 - O serviço público de esgotamento sanitário deverá assegurar à população o acesso a um sistema de coleta e tratamento adequado dos esgotos e águas servidas, objetivando minimizar os altos índices de doenças de veiculação hídrica ou relacionadas ao saneamento, de insalubridade e danos ao meio ambiente.

§ 1º. O esgotamento sanitário abrangerá a coleta e tratamento das águas servidas e matéria fecal resultantes de esgoto doméstico e os resíduos orgânicos e águas residuárias da atividade industrial de diversos tipos, decorrentes do esgoto industrial.

§ 2º. Os sistemas de esgotamento sanitário deverão observar critérios sanitários, sócio-ambientais e de planejamento urbano.

Art. 85 - Ficam definidas como ações prioritárias para o serviço de esgotamento sanitário:

- I. Realizar investimentos visando à interrupção de qualquer contato direto dos habitantes da cidade com os esgotos no meio onde permanecem ou transitam;
- II. Implantar esgotos nas áreas desprovidas de redes, especialmente naquelas servidas por fossas rudimentares, cujos esgotos são lançados na rede pluvial;
- III. Ampliar progressivamente a responsabilidade do Poder Público Municipal pela prestação dos serviços de saneamento básico;
- IV. Criar programas para construção de fossas sépticas nos bairros e em todos os povoados do município.

SEÇÃO V

RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 86 - São os objetivos e as diretrizes da política de Gestão de Resíduos Sólidos do município de Zé Doca o que segue abaixo:

- I. Implementar gestão eficiente e eficaz do sistema de limpeza urbana, garantindo a prestação dos serviços essenciais à totalidade da população, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequados dos resíduos remanescentes;
- II. Estimular e promover programas de educação ambiental para a população;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

- III. Coibir a disposição inadequada de resíduos sólidos mediante a educação ambiental, a oferta de instalações para a sua disposição, bem como a fiscalização efetiva;
- IV. O Poder Público adotará política que obrigará a devolução de material radioativo aos revendedores para a correta destinação;
- V. Estimular o uso, reuso e reciclagem de resíduos, em especial, ao reaproveitamento de resíduos inertes da construção civil;
- VI. Integrar, articular e cooperar com os municípios da Região para discussão sobre o tratamento e a destinação dos resíduos sólidos;
- VII. Garantir o direito do cidadão de ser informado, pelo produtor e pelo Poder Público, a respeito dos custos e do potencial de degradação ambiental dos produtos e serviços ofertados;
- VIII. Estimular a gestão compartilhada e o controle social do sistema de limpeza pública;

§ 1º Os programas de educação ambiental visam a destacar a importância do consumo de produtos e serviços que não degradem o meio ambiente e com menor geração de resíduos sólidos e a relevância da adequada separação na origem, acondicionamento e disponibilização dos resíduos para fins de coleta e fomento à reciclagem.

§ 2º A educação ambiental, a oferta de instalações para a sua disposição, bem como a fiscalização efetiva deverão ser implementados com vistas à disposição adequada de resíduos sólidos.

Art. 87 - O planejamento municipal para resíduos sólidos disporá sobre o que segue abaixo:

- I. Implantação de aterros sanitários e de resíduos inertes de construção civil;
- II. Indicadores de qualidade do serviço de limpeza urbana que incorporem a pesquisa periódica de opinião pública;
- III. Descentralização das atividades de limpeza urbana;
- IV. Cooperação com os demais municípios da Região na política de gestão de resíduos sólidos.

Parágrafo Único - O plano setorial de resíduos sólidos deverá ser elaborado de forma integrada com o Plano de Gestão de Saneamento Ambiental Integrado.

CAPÍTULO V



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

- III. Coibir a disposição inadequada de resíduos sólidos mediante a educação ambiental, a oferta de instalações para a sua disposição, bem como a fiscalização efetiva;
- IV. O Poder Público adotará política que obrigará a devolução de material radioativo aos revendedores para a correta destinação;
- V. Estimular o uso, reuso e reciclagem de resíduos, em especial, ao reaproveitamento de resíduos inertes da construção civil;
- VI. Integrar, articular e cooperar com os municípios da Região para discussão sobre o tratamento e a destinação dos resíduos sólidos;
- VII. Garantir o direito do cidadão de ser informado, pelo produtor e pelo Poder Público, a respeito dos custos e do potencial de degradação ambiental dos produtos e serviços ofertados;
- VIII. Estimular a gestão compartilhada e o controle social do sistema de limpeza pública;

§ 1º Os programas de educação ambiental visam a destacar a importância do consumo de produtos e serviços que não degradem o meio ambiente e com menor geração de resíduos sólidos e a relevância da adequada separação na origem, acondicionamento e disponibilização dos resíduos para fins de coleta e fomento à reciclagem.

§ 2º A educação ambiental, a oferta de instalações para a sua disposição, bem como a fiscalização efetiva deverão ser implementados com vistas à disposição adequada de resíduos sólidos.

Art. 87 - O planejamento municipal para resíduos sólidos disporá sobre o que segue abaixo:

- I. Implantação de aterros sanitários e de resíduos inertes de construção civil;
- II. Indicadores de qualidade do serviço de limpeza urbana que incorporem a pesquisa periódica de opinião pública;
- III. Descentralização das atividades de limpeza urbana;
- IV. Cooperação com os demais municípios da Região na política de gestão de resíduos sólidos.

Parágrafo Único - O plano setorial de resíduos sólidos deverá ser elaborado de forma integrada com o Plano de Gestão de Saneamento Ambiental Integrado.

CAPÍTULO V



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

DO DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL

SEÇÃO I

DA HABITAÇÃO

Art. 88 – A política habitacional do município de Zé Doca visa assegurar o direito social da moradia e reduzir o déficit habitacional, pela realização dos seguintes programas prioritários:

- I. A utilização racional do espaço através do controle institucional do solo urbano, reprimindo a ação especulativa sobre a terra para garantir à população o acesso à moradia com infra-estrutura urbana, transporte, equipamentos de educação, saúde, lazer e qualidade ambiental;
- II. Promover a regularização e urbanização fundiária de loteamentos de baixa renda e dos conjuntos habitacionais implementados pelo município;
- III. Promover a urbanização com construção de calçamentos e praças públicas em todos os povoados e bairros do município de Zé Doca;
- IV. Implantar política de construção de casas populares em todos os povoados, designando áreas específicas para tal fim totalmente regularizada;
- V. Promover a captação de recursos para o financiamento de programas habitacionais dirigidos à redução de déficit habitacional e à melhoria da infra-estrutura urbana, com prioridade à população de baixa renda;
- VI. Incentivar a participação da iniciativa privada na produção de programas habitacionais destinados à população de baixa renda;
- VII. Realizar de dois em dois anos, a atualização do cadastro técnico imobiliário municipal;
- VIII. Consolidação dos assentamentos ocupados pela população de baixa renda, mediante sua instituição como Zonas Especiais de Interesse social – ZEIS;
- IX. Adequação das normas urbanísticas às condições sócio-econômicas da população, simplificando os processos de aprovação de projetos e o licenciamento de habitação de Interesse Social;
- X. Implantação de lotes urbanizados de moradias populares;
- XI. Elaboração do Plano Municipal de Habitação Participativo;
- XII. Criar o Conselho Municipal de Habitação;

Art. 89 – O Plano Municipal de Habitação deverá prever:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

- I. Elaboração de diagnóstico sobre as necessidades habitacionais, quantificando e qualificando as demandas por regularização urbanística, jurídico-fundiária e de provisão;
- II. Definição de indicadores e de parâmetros para avaliação permanente das necessidades, das ações e da qualidade das intervenções;
- III. Estabelecimento de critérios, prioridades e metas de atendimento.

Art. 90 – Fica instituído incentivos fiscais nas taxas e tributos específicos para as Zonas Especiais de Interesse Social para as habitações de baixa renda nelas construídas.

Art. 91 – O Poder Público Municipal não aprovará projetos ou executará obras de impacto ambiental sem que sejam consultadas as comunidades afetadas.

Art. 92 – A política habitacional será coordenada pelo órgão responsável pelo planejamento urbano do município e aplicará a centralização do planejamento, do controle e do acompanhamento das ações definidas para execução dos programas e projetos pertinentes, bem assim para proposição de normas.

SEÇÃO II

DA MOBILIDADE URBANA

Art. 93 – A Política Municipal de Mobilidade Urbana tem como objetivo geral qualificar a circulação e o transporte urbano, proporcionando os deslocamentos e atendendo às distintas necessidades da população residente e flutuante, com as seguintes diretrizes:

- I. Prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas;
- II. Capacitação da malha viária já existente;
- III. As disposições da NBR-9050/1994, referente à acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, serão observadas na aplicação da estratégia de mobilidade urbana, no caso de obras de construção de praças, vias públicas loteamentos e espaços urbanos em geral, tanto nos planos e projetos de iniciativa privada como pública;

Art. 94 - O Município deverá planejar, implementar, regular, controlar e fiscalizar o sistema de transporte e trânsito, bem como a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento, em conformidade com as normas de proteção à saúde e ao meio ambiente.

Art. 95 – Para desempenhar as funções previstas no artigo anterior, o Município desempenhará as seguintes atribuições:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO

- I. Construir e conservar permanentemente as estradas vicinais e demais vias públicas do Município;
- II. Urbanizar os povoados e sede do Município com a pavimentação de ruas e construção de praças;
- III. O Poder Público Municipal deverá elaborar seu Plano Municipal de Construção, recuperação e Manutenção de estradas vicinais;
- IV. Organizar e prestar o serviço de transportes coletivo urbano, diretamente ou sob regime de concessão, obedecidos os seguintes princípios:
 - a) Livre concorrência na escolha da concessionária que irá operar;
 - b) Possibilidade de empresas, operarem no Município, mediante prévia autorização legislativa;
 - c) Definir as linhas básicas de atendimento;
 - d) Regulamentar o serviço de frete por caminhões por outros veículos de carga;
 - e) Regulamentar o transporte de passageiro nas áreas urbanas e rurais;
 - f) Participar do planejamento do sistema viário de caráter regional;
- V. Definir os trajetos, os pontos de parada, a frequência e as tarifas do serviço de transporte coletivo urbano;
- VI. Disciplinar o trânsito, as operações de carga e descarga, bem como fixar a tonelagem máxima permitida aos veículos de carga que circulam nas vias públicas do Município;
- VII. Estabelecer e implantar a política de educação para segurança no trânsito, em cooperação com o Estado e a União;
- VIII. Criar uma política municipal de transporte urbano com a participação da sociedade;
- IX. Organizar e gerenciar o estacionamento de veículos em vias e locais públicos;
- X. Regulamentar e fiscalizar o serviço de transporte escolar;

Art. 96 - Fica assegurada a gratuidade aos idosos maiores de 65 anos de idade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

SEÇÃO III

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Art. 97 - O desenvolvimento de políticas de preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico do Município de Zé Doca visa à proteção, recuperação e conservação destes bens.

Art. 98 – São objetivos e as diretrizes básicas da política do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Paisagístico do Município de Zé Doca:

- I. Procederá o estudo para atualização dos bens considerados inclusos no Patrimônio histórico;
- II. Garantia de integridade do patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico do Município;
- III. Incorporação da proteção do patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico ao processo permanente de planejamento e ordenação do território;
- IV. Conscientização da população quanto aos valores culturais e ambientais e à necessidade de sua proteção e recuperação;
- V. Restrição total ou parcial de construções ou atividades que comportem risco efetivo ou potencial de dano ao patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico.

SEÇÃO IV

DO ESPAÇO PÚBLICO E DA PAISAGEM URBANA

Art. 99 - O Município deve ordenar e disciplinar a paisagem urbana, entendida como a configuração visual da cidade e seus componentes, resultantes da interação entre os elementos naturais, edificados, históricos e culturais, como também o uso do espaço público de superfície, aéreo e do subsolo.

Art. 100 - São objetivos e diretrizes para o uso do espaço público e da paisagem urbana:

- I. Compatibilizar o uso dos espaços públicos com sua vocação e demais funções, valorizando as condições de segurança e conforto no deslocamento de pessoas e veículos, priorizando a circulação de pedestres e ciclistas, em especial de pessoas com dificuldade de locomoção;
- II. Implantar normas e critérios para o uso do espaço público para a comercialização de produtos, realização de eventos e demais atividades, subordinados a preservação da qualidade e identidade urbana;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

- III. Regulamentar o uso e a implantação de equipamentos de infra-estrutura de serviços públicos de superfície, aérea e de subsolo nos espaços públicos;
- IV. Criar instrumentos para proteger os elementos naturais, culturais e paisagísticos, permitindo a visualização do panorama e a manutenção da paisagem em que estão inseridos;
- V. Consolidar e promover a identidade visual do mobiliário urbano, equipamentos e serviços municipais, padronizando e racionalizando, para sua melhor identificação, com ênfase na funcionalidade e na integração com a paisagem urbana;
- VI. Possibilitar a outorga, concessão ou permissão de uso de espaços públicos do Município para a implantação de equipamentos de infra-estrutura, de serviços públicos, mobiliário urbano e outros elementos de interesse público;
- VII. Implantar normas e critérios rigorosos em defesa da paisagem urbana nos espaços públicos e privados, como medida de coibir drasticamente a poluição visual resultante da instalação de comunicação visual na cidade.

SEÇÃO V

DO SISTEMA DE ÁREAS VERDES

Art. 101 - As áreas verdes públicas e privadas do Município de Zé Doca constituem o Sistema Municipal de Áreas Verdes.

Art. 102 - São objetivos e diretrizes do Município em relação ao Sistema de Áreas Verdes o que segue abaixo:

- I. Ampliar as áreas verdes, melhorando a relação área verde por habitante no Município;
- II. Assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental nas áreas integrantes do sistema de áreas verdes do Município.
- III. A implantação, manutenção e ampliação da arborização de ruas, criando faixas verdes que conectem praças, parques ou áreas verdes;
- IV. A criação de instrumentos legais destinados a estimular parcerias entre o setor público e privado para implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados;
- V. A recuperação de áreas verdes degradadas de importância paisagístico-ambiental;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

- III. Regularizar o uso e a implantação de equipamentos de infra-estrutura de serviços públicos de superfície, aérea e de subsolo nos espaços públicos;
- IV. Criar instrumentos para proteger os elementos naturais, culturais e paisagísticos, permitindo a visualização do panorama e a manutenção da paisagem em que estão inseridos;
- V. Consolidar e promover a identidade visual do mobiliário urbano, equipamentos e serviços municipais, padronizando e racionalizando, para sua melhor identificação, com ênfase na funcionalidade e na integração com a paisagem urbana;
- VI. Possibilitar a outorga, concessão ou permissão de uso de espaços públicos do Município para a implantação de equipamentos de infra-estrutura, de serviços públicos, mobiliário urbano e outros elementos de interesse público;
- VII. Implantar normas e critérios rigorosos em defesa da paisagem urbana nos espaços públicos e privados, como medida de coibir drasticamente a poluição visual resultante da instalação de comunicação visual na cidade.

SEÇÃO V

DO SISTEMA DE ÁREAS VERDES

Art. 101 - As áreas verdes públicas e privadas do Município de Zé Doca constituem o Sistema Municipal de Áreas Verdes.

Art. 102 - São objetivos e diretrizes do Município em relação ao Sistema de Áreas Verdes o que segue abaixo:

- I. Ampliar as áreas verdes, melhorando a relação área verde por habitante no Município;
- II. Assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental nas áreas integrantes do sistema de áreas verdes do Município.
- III. A implantação, manutenção e ampliação da arborização de ruas, criando faixas verdes que conectem praças, parques ou áreas verdes;
- IV. A criação de instrumentos legais destinados a estimular parcerias entre o setor público e privado para implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados;
- V. A recuperação de áreas verdes degradadas de importância paisagístico-ambiental;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

- VI. O disciplinamento do uso, nas praças e nos parques municipais, das atividades culturais e esportivas;
- VII. A criação de programas para a efetiva implantação das áreas verdes previstas em conjuntos habitacionais e loteamentos.
- VIII. Implantar áreas verdes em cabeceiras de drenagem e estabelecer programas de recuperação;
- IX. Instituir políticas para criação de hortas e viveiros para reprodução de mudas;
- X. Implantar programa de arborização nas escolas públicas municipais;
- XI. Utilizar áreas remanescentes de desapropriações para a implantação de Parques e Praças;
- XII. No mínimo 10% (dez por cento) das glebas parceladas devem ser destinadas exclusivamente à implantação de áreas verdes, praças e jardins, excluídas as demais áreas de arruamento e outros equipamentos públicos (Art. 4º I da Lei nº 6.766/79);
- XIII. Estabelecer parceria entre os setores público e privado, por meio de incentivos fiscais e tributários, para implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados, atendendo a critérios técnicos de uso e preservação das áreas, estabelecidos pelo Executivo Municipal;

TÍTULO IV

DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

Art. 103 - O ordenamento territorial visa a construção de uma cidade mais justa, fisicamente ordenada e economicamente sustentável, levando em consideração as particularidades (especificidades) de cada espaço urbano, dentro de uma política de gestão do território de Zé Doca.

CAPÍTULO I

DA DIVISÃO TERRITORIAL

Art. 104 - Para orientar o ordenamento e a gestão territorial do Município de Zé Doca serão definidos:

- I. O Macrozoneamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

II. O Zoneamento.

Art. 105 - O macrozoneamento tem por finalidade definir diretrizes para orientar o desenvolvimento de acordo com as características físicas, sociais, econômicas e ambientais de cada região de forma a promover o desenvolvimento harmônico do município e o bem estar de seus habitantes, sendo o mesmo dividido em macrozonas.

- I. Macrozona Agrícola, destinada prioritariamente às atividades agropecuárias;
- II. Macrozona de Uso Especial, destinada prioritariamente ao uso industrial;
- III. Macrozona Urbana, destinada prioritariamente aos diversos usos urbanos;
- IV. Macrozona de Preservação Permanente, destinada à preservação ambiental permanente;
- V. Macrozona de Expansão Urbana, destinada à atividade agrícola, mas com tolerância para a atividade residencial e outros usos urbanos associados.

Art. 106 - O zoneamento estabelece áreas diferenciadas de uso e ocupação do solo, visando dar a cada região a utilização mais adequada, seguindo as determinações do macrozoneamento.

Art. 107 - A delimitação das zonas do Zoneamento, bem como os parâmetros de uso e ocupação do solo através de índices urbanísticos serão definidos na Lei de Zoneamento/Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Art. 108 - Fica estipulado o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para elaboração e aprovação da Lei de Zoneamento/Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA

Art. 109 - Fica instituído para promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento urbano, os seguintes instrumentos de política urbana, conforme determina o Estatuto da Cidade:

- I. Instrumentos de planejamento;
 - a) Plano plurianual;
 - b) Lei de diretrizes orçamentárias;
 - c) Lei de orçamento anual;
 - d) Lei de perímetro urbano;;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

- e) Legislação de zoneamento do uso e ocupação do solo urbano;
- f) Planos de desenvolvimento econômico e social;
- g) Planos, programas e projetos setoriais;
- h) Plano de regularização das zonas especiais de interesse social;
- i) Código do meio-ambiente do município de Zé Doca;

II. Instrumentos jurídico-urbanísticos:

- a) Parcelamento, edificação ou utilização compulsória;
- b) IPTU progressivo no tempo;
- c) Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
- d) Outorga onerosa do direito de construir;
- e) Transferência do direito de construir;
- f) Operação urbana consorciada;
- g) Consórcio Imobiliário;
- h) Direito de Preempção;
- i) Direito de Superfície;
- j) Estudo de Impacto de Vizinhança;
- l) estudo prévio de impacto ambiental;
- m) licenciamento ambiental;
- n) Tombamento;
- o) Desapropriação;

III. Instrumentos de regularização fundiária:

- a) Instituição de zonas especiais de interesse social;
- b) Concessão de direito real de uso;
- c) Concessão de uso especial para fins de moradia;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

d) Assistência técnica e jurídica gratuita, prestada pelo Município, para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;

IV. Instrumentos tributários e financeiros:

- a) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;
- b) Contribuição de melhoria;
- c) Incentivos e benefícios fiscais;

V. Instrumentos jurídico-administrativos:

- a) Concessão, permissão ou autorização de uso de bens públicos municipais;
- b) Contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;
- c) Contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos;
- d) Convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;

VI. Instrumentos de democratização da gestão urbana:

- a) Fórum de Políticas Públicas;
- b) Conferência da Cidade;
- c) Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM;
- d) Conselho do Orçamento Participativo – COP;
- e) Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM;
- f) Conselho Municipal de Cultura - CMC
- g) Fórum de Políticas Públicas.

SEÇÃO I

DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS - URBANÍSTICOS

SUBSEÇÃO I

PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO

Art. 110 - São passíveis de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, nos termos do art. 182 da Constituição Federal, dos artigos 5º e 6º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados, localizados na Macrozona de Uso Urbano.

Art. 111 - O Poder Público Municipal deverá proceder à elaboração de um cadastramento e mapeamento dos terrenos subutilizados da cidade, especialmente os que contenham imóveis construídos e abandonados, inacabados ou em processo de deteriorização por falta de uso.

Art. 112 - Considera-se solo urbano não edificado os terrenos e glebas localizados na zona urbana, quando o coeficiente de aproveitamento for igual a zero.

Art. 113 - Considera-se solo urbano não utilizado os terrenos ou glebas edificados localizados na zona urbana, cuja área construída esteja desocupada há mais de cinco anos.

Art. 114 - Considera-se solo urbano subutilizado os terrenos ou glebas edificadas nos seguintes casos:

I - Quando o coeficiente de aproveitamento não atinja o mínimo previsto por zona;

II - Quando apresentem mais de 50% (cinquenta por cento) da área construída há mais de cinco anos;

Art. 115 - Ficam excluídos das obrigações estabelecidas no Art. 110, os imóveis:

- I. Utilizados para instalação de atividades econômicas que não necessitem de edificações para exercer suas finalidades;
- II. Exercendo função ambiental essencial, tecnicamente comprovada pelo órgão municipal competente;
- III. De interesse do patrimônio cultural ou ambiental;
- IV. Ocupados por clubes ou associações de classe;
- V. De propriedade de cooperativas habitacionais.

Art. 116 - Os imóveis nas condições anteriores serão identificados e seus proprietários notificados.

Art. 117 - A notificação far-se-á

- I. Por funcionário do órgão competente do Executivo, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administrativa;
- II. Por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

Art. 118 - Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de um ano a partir do recebimento da notificação, protocolar pedido de aprovação e execução de parcelamento ou edificação.

Art. 119 - Os parcelamentos e edificações deverão ser iniciados no prazo máximo de dois anos a contar da aprovação do projeto.

Art. 120 - As edificações não utilizadas deverão estar ocupadas no prazo máximo de um ano a partir do recebimento da notificação.

Art. 121 - Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, poderá ser prevista a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

Art. 122 - A transmissão do imóvel, por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas neste item, sem interrupção de quaisquer prazos.

Art. 123 - Os imóveis identificados como não edificados ou subutilizados não poderão sofrer parcelamento sem que esteja condicionado à aprovação de projeto de ocupação.

SUBSEÇÃO II

DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO E DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULO

Art. 124 - Em caso de descumprimento das etapas e dos prazos estabelecidos pelo item parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o Município aplicará alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU, majoradas anualmente, pelo prazo de 05 (cinco) anos consecutivos até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso.

§1º - Lei específica baseada no §1º, Artigo 7º do Estatuto da Cidade, estabelecerá a gradação anual das alíquotas progressivas e a aplicação deste instituto.

§2º - Caso a obrigação de parcelar, edificar e utilizar não esteja atendida no prazo de 5 (cinco) anos o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a aplicação da medida prevista a seguir.

§3º - É vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

Art. 125 - Decorridos os 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização, o Município poderá proceder a desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

§ 1º - Os títulos da dívida pública serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

§ 2º - O valor real da indenização:

- I. Refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação prevista;
- II. Não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 3º - Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§ 4º - O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

§ 5º - O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nestes casos, o devido procedimento licitatório.

§ 6º - Ficam mantidas para o adquirente de imóvel nos termos do item anterior as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas.

SUBSEÇÃO III

DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 126 - Lei municipal específica, baseada neste Plano Diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir, previsto neste diploma legal, ou em legislação urbanística, dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

- I. Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- II. Preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, cultural, ambiental, paisagístico ou social;
- III. Realização de programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

§ 1º - A transferência do direito de construir poderá ser concedida ao proprietário que doar ao município seu imóvel ou parte dele, para os fins previstos nos incisos I a III deste artigo.

§ 2º - As condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir, bem como as zonas de uso e ocupação em que o instrumento poderá ser utilizado serão reguladas em



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

legislação municipal específica referida no *caput* ou incorporadas à legislação de uso e ocupação do solo.

SUBSEÇÃO IV

DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

Art. 127 - O direito de superfície poderá ser exercido em todo o território municipal, nos termos dos artigos 21, 22, 23 e 24 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade e das demais disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil..

§ 1º - O Poder Público poderá exercer o direito de superfície em áreas particulares onde haja carência de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º - O Poder Público poderá utilizar o direito de superfície em caráter transitório para a remoção temporária de moradores de núcleos habitacionais de baixa renda, durante o período necessário para as obras de urbanização.

Art. 128 - O Poder Público poderá conceder onerosamente o direito de superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nas áreas públicas integrantes de seu patrimônio para fins de exploração por parte de concessionárias de serviços públicos.

Art. 129 - O proprietário de terreno poderá conceder ao Município, por meio de sua Administração Direta e Indireta, o direito de superfície, nos termos da legislação em vigor, objetivando a implementação de diretrizes constantes desta lei.

SUBSEÇÃO V

DO DIREITO DE PREEMPÇÃO – DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 130 - O Poder Público municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme o disposto nos artigos 25, 26 e 27 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade..

§ 1º - Lei municipal delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção na Macrozona de Uso Urbano e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

§ 2º - O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado na forma do § 1º, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

Art. 131 - O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

- I - Regularização fundiária;
- II - Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III - Constituição de reserva fundiária;
- IV - Ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- V - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI - Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VII - Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- VIII - Proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Parágrafo Único - Lei municipal prevista no §1º do Art. – 132, desta Lei deverá enquadrar cada área em que incidirá o direito de preempção em uma ou mais das finalidades enumeradas por este artigo.

Art. 132 - O Poder Executivo municipal deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área delimitada para o exercício do direito de preferência, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir do início da vigência da lei que a delimitou.

Art. 133 - O proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel para que o Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.

§ 1º - À notificação mencionada no *caput* será anexada proposta de compra assinada por terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade.

§ 2º - Transcorrido o prazo mencionado no *caput* sem manifestação, fica o proprietário autorizado a realizar a alienação para terceiros, nas condições da proposta apresentada.

§ 3º - Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a apresentar ao Município, no prazo de 30 (trinta) dias da venda do imóvel, cópia do instrumento público de alienação do imóvel.

§ 4º - A alienação processada em condições diversas da proposta apresentada é nula de pleno direito.

§ 5º - Ocorrida a hipótese prevista no §4º, o Município poderá adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 134 – Lei municipal específica regulamentará a outorga onerosa do direito de construir e a alteração de uso do solo mediante contrapartida do beneficiário, e indicará as áreas do município em que poderá ser exercida e as condições a serem observadas, determinando, dentre outras especificações e requisitos:

- I. As áreas do território municipal onde o instrumento poderão ser aplicadas;
- II. A fórmula de cálculo para a cobrança;
- III. Os casos passíveis de isenção de pagamento;
- IV. A contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

Art. 135 – Para efeito de aplicação do disposto no artigo, em conformidade com a disposição expressa nos Parágrafos 2º e 3º do Art. 28 da Lei nº 10.257/01, fica estabelecido o coeficiente de aproveitamento básico igual a 1 (um) e o limite máximo igual a 3 (três) para toda a área urbana do município.

Art. 136 - Os recursos provenientes da aplicação da outorga onerosa do direito de construir ou de alteração de uso do solo nas zonas definidas no artigo anterior terão sua destinação definida na lei regulamentadora de sua aplicação e deverão atender ao disposto no Art. 31 da Lei nº 10.257/01.

SUBSEÇÃO VII

DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 137 - A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de alterações das características urbanas do entorno, estarão sujeitas à avaliação do Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV), previamente à emissão, pelo órgão municipal responsável, das licenças ou alvarás de construção, reforma ou funcionamento, nos termos da legislação municipal.

§ 1º - Para os fins do disposto no *caput*, considera-se empreendimento de impacto aquele que, público ou privado, possa causar impacto no ambiente natural ou construído, sobrecarga na capacidade de atendimento da infra-estrutura básica ou ter repercussão ambiental significativa.

§ 2º - São considerados empreendimentos de impacto para os fins do disposto no *caput* deste artigo aqueles que.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

- I - Sejam localizados em áreas com mais de 1,0 ha (um hectare);
- II - Possuam área construída superior a 5.000 m² (doze mil metros quadrados);
- III - Requeiram, por sua natureza ou condições, análise ou tratamento específico por parte do Poder Público municipal, conforme dispuser a legislação de uso e ocupação do solo;
- IV - Resultem de desmembramentos de áreas nos Imóveis de Preservação Ambiental – IPAV, independentemente da atividade implantada e da área construída;
- V - Supermercados e congêneres;
- VI - Centrais de abastecimento, depósitos ou terminais de cargas;
- VII - Terminais de transportes, especialmente os rodoviários, e aeroviários;
- VIII - Estações de tratamento, aterros sanitários e usinas de reciclagem de resíduos sólidos;
- IX - Estádios esportivos;
- X - Cemitérios e necrotérios;
- XI - Matadouros e abatedouros;
- XII - Presídios, quartéis e corpos de bombeiros;
- XIII - Escolas de qualquer modalidade, colégios, universidades e templos religiosos em terrenos acima de 1.000 m² (mil metros quadrados);
- XIV - Todas as atividades consideradas incômodas devem guardar distância mínima de 200 (duzentos) metros de hospitais, creches, asilos, escolas e só poderão se estabelecer em áreas mistas de residências e comércio.

Art. 138 - O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV deverá considerar o sistema de transportes, o meio ambiente, a infra-estrutura básica, a estrutura sócio-econômica e os padrões funcionais e urbanísticos de vizinhança, além de contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades, incluindo a análise, dentre outros, das seguintes questões..

- I - Adensamento populacional;
- II - Equipamentos urbanos e comunitários;
- III - Uso e ocupação do solo;
- IV - Valorização imobiliária.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

- V - Geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI - Ventilação e iluminação;
- VII - Paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;
- VIII - Impacto sobre a habitação e sobre as atividades dos moradores e dos usuários da área de intervenção;
- IX - Impactos no sistema de saneamento e abastecimento de água.

Parágrafo Único - O órgão competente do Poder Executivo Municipal poderá exigir requisitos adicionais, em face das peculiaridades do empreendimento ou da atividade, bem como das características específicas da área, desde que tecnicamente justificada.

Art. 139 - O Poder Executivo, baseado no Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, poderá negar autorização para a realização do empreendimento ou exigir do empreendedor, às suas expensas, as medidas atenuadoras e compensatórias relativas aos impactos previsíveis decorrentes da implantação da atividade.

§ 1º - O Poder Executivo, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, deverá exigir a adoção das alterações e complementações necessárias ao projeto como condição de sua aprovação, bem como a execução de melhorias na infra-estrutura urbana e nos equipamentos comunitários, tais como:

- I - Ampliação das redes de infra-estrutura urbana;
- II - Área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;
- III - Ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, ponto de ônibus, faixa de pedestres, semaforização;
- IV - Proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;
- V - Manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais considerados de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, bem como recuperação ambiental da área;
- VI - Cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros;
- VII - Percentual de habitação de interesse social no empreendimento;
- VIII - Construção de equipamentos sociais em outras áreas da cidade



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

§ 2º - As exigências previstas no §1º deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento.

§ 3º - As medidas compensatórias adicionais indicadas pelo órgão competente deverão ser proporcionais ao impacto gerado pelo empreendimento.

§ 4º - A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de termo de compromisso pelo interessado, por meio do qual esse se comprometa a arcar integralmente com as despesas relativas às obras e aos serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo, antes da finalização do empreendimento.

§ 5º - O certificado de conclusão da obra ou o alvará de funcionamento só serão emitidos mediante comprovação da conclusão das obras previstas no §4º.

Art. 140 - A elaboração do EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação ambiental.

Art. 141 - Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV e do Relatório de Impacto de Vizinhança – RIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão municipal competente, por qualquer interessado.

§ 1º - Serão fornecidas cópias do EIV/RIV quando solicitadas pelos moradores da área afetada ou por suas associações.

§ 2º - O órgão responsável pela análise do EIV realizará audiência pública, na forma da lei.

Art. 142 - Os projetos de empreendimentos de impacto serão analisados pelo órgão municipal competente no que consiste à legislação urbanística e em seguida, os respectivos EIVs.

SUBSEÇÃO VIII

DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 143 - As Operações Urbanas Consorciadas são o conjunto de medidas coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, representados no Conselho Gestor da Operação, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, notadamente ampliando os espaços públicos, organizando o transporte coletivo, implantando programas habitacionais de interesse social e de melhorias de infra-estrutura e sistema viário, num determinado perímetro.

§ 1º - Cada operação urbana consorciada será criada por lei específica de acordo com as disposições dos artigos 32 a 34 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOÇA
ESTADO DO MARANHÃO**

§ 2º - A lei que criar a operação urbana definirá a área de sua ocorrência com pelo menos 6 meses antes do seu início.

SEÇÃO II

DOS INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

SUBSEÇÃO I

DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Art. 144 – Conceituam-se como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) as áreas ocupadas por assentamentos urbanos consolidados e irregulares de baixa renda, assim como, as áreas desocupadas que possam receber empreendimentos imobiliários de interesse social, de caráter público ou privado, assim definidas por Decreto do Executivo.

Art. 145 - Fica o Poder Executivo autorizado a delimitar Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) mediante Decreto, a regularizar os assentamentos em ZEIS, bem como os parcelamentos irregulares, ou parte deles, cujas ocupações sejam tecnicamente consideradas como consolidadas e irreversíveis, e tenham ocorrido até a data da publicação desta lei.

Art. 146 – Ficam identificadas como ZEIS àquelas atendam as definições do Art. 136 deste Plano Diretor.

Art. 147 - Fica vedada a aquisição de mais de um lote ou unidades habitacionais por pessoa em ZEIS.

Art. 148 - Não será objeto de regularização em ZEIS os imóveis que, total ou parcialmente, conforme constatação expressa em laudo técnico elaborado pelo órgão competente da Municipalidade, apresente as seguintes características:

- I. Tenham sido executados em áreas impróprias à urbanização nos termos da legislação Zoneamento/Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo municipal, salvo os casos em que laudo técnico oficial atestar condições favoráveis para a execução das obras que saneiem os problemas decorrentes;
- II. Tenham sido executados em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a eliminação dos agentes poluentes.

Parágrafo Único - As ocupações consideradas em áreas de risco geotécnico deverão ser especificadas e delimitadas nos Planos de Regularização Urbanística e Fundiária, devendo as situações de risco ser corrigidas por meio da remoção e relocação da população e/ou execução das obras necessárias.

SUBSEÇÃO II



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

DA CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO

Art. 149 - Para fins de urbanização, industrialização, edificação, cultivo de terra ou outra utilização de interesse social, poderá ser cedido gratuita ou onerosamente o uso de bem imóvel do município sob o regime de concessão de direito real de uso resolúvel, previsto no art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 150 - A concessão de direito real de uso submete-se a procedimento licitatório nos termos da Lei n. 866/93.

Art. 151 - A concessão de direito real de uso se formalizará mediante termo ou contrato, do qual constarão expressamente as condições estabelecidas, entre as quais a finalidade da sua realização e o prazo para seu cumprimento, e tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no ato autorizador e consequentemente no termo ou contrato.

Art. 152 - O ato autorizador da concessão poderá:

- I. Permitir a alienação de direitos reais de uso de frações do terreno cedido mediante regime competente, com a finalidade de obter recursos para execução dos objetivos da cessão, inclusive para construção de edificações que pertencerão, no todo ou em parte ao cessionário;
- II. Permitir a hipoteca do direito real de uso de frações do terreno cedido, mediante regime competente, e de benfeitorias eventualmente aderidas, com as finalidades referidas no inciso anterior;
- III. Permitir a locação ou o arrendamento de partes do imóvel cedido e benfeitorias eventualmente aderidas, desnecessárias ao uso imediato do cessionário;
- IV. Conceder prazo de carência para início de pagamento das retribuições devidas, quando:
 - a) For necessária a viabilização econômico-financeira do empreendimento;
 - b) Houver interesse em incentivar atividade pouco ou ainda não desenvolvida no município ou em algum de seus distritos; ou for necessário ao desenvolvimento de micro-empresas, cooperativas e associações de pequenos produtores e de outros segmentos da economia brasileira que precisem ser incrementados.

SUBSEÇÃO III

DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA ESTADO DO MARANHÃO

Art. 153 - Aquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público municipal situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito, nos termos da lei, à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - A concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma gratuita ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo concessionário mais de uma vez.

§ 3º - Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

§ 4º - O direito de concessão de uso especial para fins de moradia é transferível por ato *inter vivos* ou *causa mortis*.

Art. 154 - O direito de concessão de uso especial para garantia se extingue:

- I. se o concessionário der ao imóvel destinação diversa da especificada no termo de concessão;
- II. se o concessionário, no caso de concessão para fins de moradia, adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 155 - Nos imóveis de que trata o artigo anterior, com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, que, **até 30 de junho de 2001**, estavam ocupados por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 156 - Decreto Municipal regulamentará a forma para o reconhecimento e o requerimento do direito previsto nesta subseção.

TÍTULO V

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA POLÍTICA URBANA

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 157 - A gestão urbana consiste no processo democrático, participativo e transparente de negociação, decisão, co-responsabilização, ação e controle social, envolvendo os Poderes



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

Executivo, Legislativo e a sociedade civil, em conformidade com as determinações do Plano Diretor e dos demais instrumentos de política urbana e de planejamento e gestão municipal.

Art. 158 - A gestão se dará em consonância com as prerrogativas da democracia representativa e participativa, envolvendo os Poderes Executivo, Legislativo e a sociedade civil organizada, buscando construir, através de um processo de negociação e co-responsabilidade, um pacto para a política urbana de Zé Doca.

Art. 159 - No processo de gestão participativa, caberá ao poder público municipal:

- I - Articular e coordenar, em assuntos de sua competência, a ação dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais;
- II - Garantir e incentivar o processo de gestão democrática do desenvolvimento urbano, na perspectiva da formulação, implementação, fiscalização e controle social;
- III - Coordenar o processo de formulação de planos, programas e projetos para o desenvolvimento urbano;
- IV - Promover capacitações na área de políticas públicas e urbanas, para setores dos movimentos sociais e agentes públicos;
- V - Promover a integração intersetorial entre as instâncias democráticas: conselhos, fóruns, conferências;
- VI - Dotar as áreas de planejamento e controle urbano de meios técnicos e recursos humanos e financeiros necessários para que se possa aplicar os instrumentos regulatórios que normatizam e disciplinam o uso e ocupação do macrozoneamento urbano;
- VII - Implantar e manter um Sistema de Informações municipais voltadas para apoiar o planejamento e a Gestão Urbana, com informações, urbanística, socioeconômica e intervenções físicas.

CAPITULO II

DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Art. 160 – No âmbito da estrutura administrativa municipal será criada e designada uma Unidade de Planejamento a nível de secretaria ou departamento, que terá como finalidade desenvolver e acompanhar a implantação, complementação e revisão dos planos, programas e projetos setoriais e distritais, conforme parâmetros definidos em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

Art. 161 - O Sistema de Planejamento e Gestão Urbana compreende os órgãos da Prefeitura e os canais de participação da sociedade na formulação de estratégias de gestão municipal da política urbana, orientando-se pelos seguintes princípios:

- I - Integração e coordenação dos processos de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano, articulando os diversos órgãos da Prefeitura, canais de participação e demais agentes públicos e privados intervenientes sobre os Zédoquense para a implantação de aterro sanitário e de resíduos inertes de construção civil;
- II - Participação da sociedade civil no planejamento, gestão, acompanhamento, controle social e avaliação da implementação das ações.

Art. 162 - São objetivos do Sistema de Planejamento e Gestão Urbana de Zé Doca:

- I - Garantir a eficácia da gestão, voltada para se alcançar à melhoria da qualidade de vida dos munícipes;
- II - Garantir mecanismos de monitoramento e gestão do Plano Diretor, na formulação e aprovação dos programas e projetos para sua implementação e na indicação das necessidades seu detalhamento, atualização e revisão;

Art. 163 - O planejamento e a gestão democrática e participativa do desenvolvimento urbano de Zé Doca deve ser efetivado a partir do Sistema de Planejamento e Gestão, que articula os seguintes órgãos e instrumentos:

- I - Fórum de Políticas Públicas;
- II - Conferência da Cidade;
- III - Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM ;¹
- IV - Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM;
- V - Conselho Municipal de Cultura – CMC.

SEÇÃO I

DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - CDM

Art. 164 - O Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM é o órgão colegiado que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, permanente e deliberativo, com as seguintes atribuições:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

- I - Analisar, debater, deliberar e participar dos processos de elaboração e revisão do Plano Diretor de Zé Doca, da Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo e outras regularizações urbanísticas;
- II - Analisar e deliberar sobre as propostas de detalhamento, Leis e demais instrumentos de implementação do Plano Diretor do Município de Zé Doca e da política urbana;
- III - Analisar as propostas do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) quanto aos recursos consignados para execução das estratégias estabelecidas no Plano Diretor e propor mudanças para atender sua execução;
- IV - Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução financeira e orçamentária municipal relacionada às estratégias e prioridades estabelecidas no Plano Diretor do Município de Zé Doca e na política urbana;
- V - Acompanhar os resultados do monitoramento da evolução urbana e avaliar os efeitos do Plano Diretor do Município de Zé Doca e da política urbana;
- VI - Promover ajustes e mudanças nas estratégias e prioridades do Plano Diretor do Município de Zé Doca, projetos e programas da política urbana, segundo os resultados do controle, avaliação e acompanhamento;
- VII - Acompanhar a elaboração, implementação e monitoramento dos planos setoriais, zelando pela integração das políticas de solo urbano/controlado urbano, saneamento ambiental e habitação;
- VIII - Convocar, organizar e coordenar conferências e assembleias territoriais;

Parágrafo Único - No exercício de suas atribuições, o CDM poderá solicitar informações aos órgãos da Prefeitura e convocar, quando necessário, autoridades administrativas da municipalidade para prestar informações e esclarecimentos nas sessões de controle, acompanhamento e avaliação da gestão do Plano Diretor do Município de Zé Doca.

Art. 165 - O CDM é parte integrante do Sistema Nacional de Conselhos de Cidades e do Sistema Municipal de Planejamento e será composto por 20 (vinte) membros de acordo com as seguintes proporções:

- I - 50% - poder público;
- II - 50% - sociedade civil, assim distribuídos:
 - a) 10% - entidades da área dos movimentos populares;
 - b) 10% - entidades da área empresarial;
 - c) 10% - entidades da área de trabalhadores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

d) 10% - entidades da área profissional, acadêmica e de pesquisa;

e) 10% - organizações não governamentais.

CAPÍTULO III

DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Art. 166 - Priorizar a implantação de reforma administrativa de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - Desenvolver um modelo de organização administrativa, com a definição da estrutura interna de funcionamento, bem como as atribuições inerentes a cada secretaria e seus respectivos departamentos;
- II - Criar a secretaria de Esporte e Lazer;
- III - Estruturar as secretarias municipais com um quadro técnico permanente e equipamentos que possibilite as suas atuações nos mais diversos setores de interesse público;
- IV - Criar um sistema de repasse dos recursos destinados às secretarias municipais pelas leis orçamentárias, bem como a devida prestação de contas dos investimentos e gastos realizados;
- V - Garantir a implantação e o funcionamento de sistema de informações geográficas centralizado no órgão municipal de planejamento para que possam ser definidas ações estratégicas da administração;
- VI - Adequação das competências institucionais dos órgãos municipais aos objetivos, diretrizes e demais preceitos desta lei;
- VII - Promover a qualificação continuada do corpo funcional da Prefeitura Municipal de Zé Doca.

§ 1º - O Plano de Cargos, Carreira e Salários dos funcionários públicos municipais deverá ser aprovado em até 02 anos após a aprovação do Plano Diretor.

§ 2º. A lei que define a organização administrativa do Executivo, definindo a estrutura interna de funcionamento, bem como as atribuições de cada secretaria e seus respectivos departamentos deverá ser aprovada em até 8 meses após a aprovação do Plano Diretor.

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

Art. 158 - O Poder Executivo deverá implantar dentro do prazo de 18 (dezoito) meses e manter atualizado, permanentemente, o Sistema de Informações Municipais – SIM, contendo os dados sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico-territoriais, inclusive cartográficos, ambientais, imobiliários e outros de relevante interesse para o Município;

Art. 168 - O SIM deve atender aos princípios da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos.

Art. 169 - São objetivos do SIM:

- I - Fornecer informações para o planejamento, monitoramento, implementação e avaliação das políticas urbanas, subsidiando a tomada de decisões na gestão do Plano Diretor e do desenvolvimento urbano de Zé Doca.
- II - Assegurar a ampla e permanente divulgação dos dados do sistema na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Zé Doca, a ser criada caso não exista, bem como seu acesso aos munícipes, por todos os meios possíveis;
- III - Implementar a articulação com outros sistemas de informação e bases de dados municipais, estaduais, nacionais e internacionais, existentes em órgãos públicos e em entidades privadas.

Parágrafo Único - Para o efetivo atendimento ao disposto no inciso II do *caput* do artigo, o Poder Público Municipal deve conferir ampla publicidade a todos os documentos e informações produzidos no processo de elaboração, revisão e aperfeiçoamento do Plano Diretor, de planos, programas e projetos setoriais, regionais, locais e específicos ligados ao desenvolvimento urbano, bem como no controle e fiscalização de sua implementação, a fim de assegurar o conhecimento dos respectivos conteúdos à população, devendo ainda disponibilizá-los a qualquer munícipe que os requisitar por petição simples, ressalvadas as situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

CAPÍTULO V

DOS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 170 - Fica assegurada a participação popular em todas as fases do processo de formulação, implementação, gestão, fiscalização e controle social da política urbana, através dos seguintes órgãos e instrumentos:

- I - Conferência Municipal de Política Urbana;
- II - Conferências municipais sobre assuntos de interesse urbano;
- III - Audiências públicas;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

- IV - Iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- V - Instâncias do Orçamento Participativo.

SEÇÃO I

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Art. 171 - A Conferência Municipal de Política Urbana será realizada ordinariamente a cada dois anos, podendo participar qualquer cidadão zédoquense.

Parágrafo Único - Compete à Conferência Municipal de Política Urbana avaliar a implementação do Plano Diretor, discutir e deliberar sobre questões de política urbana, dentre as quais:

- I - Conferência Municipal de Política Urbana;
- II - Apreciar as diretrizes da política urbana do Município;
- III - Debater os relatórios anuais de gestão da política urbana, apresentando críticas e sugestões;
- IV - Sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas a implementação dos objetivos, diretrizes, planos programas e projetos;
- V - Deliberar sobre plano de trabalho para o biênio seguinte;
- VI - Sugerir propostas de alteração da Lei do Plano Diretor, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão.

CAPÍTULO VI

DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Art. 172 - O Plano Diretor do Município de Zé Doca será revisado a cada 6 (seis) anos ou sempre que mudanças significativas na evolução urbana o recomendarem.

§ 1º - O processo de revisão deverá ser convocado pelas estruturas do Sistema de Planejamento e Gestão.

§ 2º - A revisão será coordenada tecnicamente pela Unidade de Planejamento, a quem caberá presidir o processo e constituir comissão especial para revisão do Plano Diretor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA ESTADO DO MARANHÃO

§ 3º - A Comissão Especial a que se refere o parágrafo anterior deverá articular junto aos demais órgãos da Prefeitura de Zé Doca a participação das diversas áreas técnicas setoriais para produção de estudos e propostas para revisão do Plano Diretor de Zé Doca, de forma a garantir o cumprimento de uma pauta de debates, capacitações, escutas sobre todas as temáticas que compõem o conjunto do Plano Diretor, como processo democrático obrigatório de construção de proposições, em consonância com as normas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade e Constituição Federal.

§ 4º - O processo de revisão do Plano Diretor do Município de Zé Doca compreenderá a execução de atividades técnicas voltadas para a produção de estudos, diagnósticos e formulação de propostas e atividades estruturadas para a sua discussão com a sociedade.

Art. 173 - A proposta de revisão do Plano Diretor será submetida à discussão em Conferência Municipal convocada especialmente para esse fim, com ampla participação dos segmentos governamentais e da sociedade civil.

§ 1º - Para a realização da Conferência Municipal será instituída Comissão Organizadora, paritária, com membros indicados pelas estruturas do Sistema de Planejamento e Gestão.

§ 2º - O documento resultado das deliberações desta conferência será sistematizado na forma de projeto de lei e encaminhado para apreciação e deliberação da Câmara Municipal de Vereadores.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 174 - O Poder Público Municipal promoverá edição popular desta Lei, disponibilizando-a no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação.

Parágrafo único - O poder Público Municipal, deverá disponibilizar dentro de 60 (trinta) dias após a publicação desta lei, endereço eletrônico para a Prefeitura Municipal de Zé Doca.

Art. 175 - Os Conselhos Municipais referidos nesta Lei e aqueles já existentes deverão ser instalados e adequarem-se às exigências expressas nesta lei, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta lei.

Art. 176- Os Código de Obras, o Código de Posturas e a Lei de Perímetro Urbano deverão ser revisados, com encaminhamento ao Legislativo Municipal no prazo máximo de 6 (seis) meses após a publicação desta lei.

Art. 177 - Os demais instrumentos de política instituídos por esta Lei Municipal deverão ser regulamentados no prazo máximo de um ano e meio após a publicação desta lei.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
ESTADO DO MARANHÃO**

Art. 178- O Plano de Desenvolvimento Econômico do Município de Zé Doca a que se refere o parágrafo único, do Art. 22 deverá ser elaborado no prazo máximo de um ano após a publicação desta lei.

Art. 179 - Os Planos Municipais de Habitação, de Saneamento e de Mobilidade Urbana devem ser elaborados no prazo máximo de 18 (dezoito meses) após a publicação desta lei.

Art. 180 - Fazem parte desta lei os seguintes anexos relatório das sugestões feitas pela população nas reuniões comunitárias realizadas com a finalidade de instruir a elaboração deste Plano Diretor;

Art. 181 - Permanecem válidas as leis municipais vigentes, na parte que não colidir com este Plano Diretor, até que sejam revisadas ou implementadas novas leis sobre a matéria.

Art. 182- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Zé Doca, 14 de março de 2007.


NATHALIA CRISTINA BRAS MENDONÇA
PREFEITA MUNICIPAL